



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**CAMILA MARCELO NUNES**

**A PETROBRAS COMO EMPRESA ESTRATÉGICA INTERNACIONAL: O CASO  
DA NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO NA BOLÍVIA EM 2006**

Tubarão

2018

**CAMILA MARCELO NUNES**

**A PETROBRAS COMO EMPRESA ESTRATÉGICA INTERNACIONAL: O CASO  
DA NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO NA BOLÍVIA EM 2006**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais da  
Universidade do Sul de Santa Catarina como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Rogério Santos Da Costa, Dr.

Tubarão

2018

CAMILA MARCELO NUNES

**A PETROBRAS COMO EMPRESA ESTRATÉGICA INTERNACIONAL: O CASO  
DA NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO NA BOLÍVIA EM 2006**

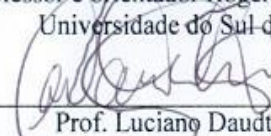
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 05 de Novembro de 2018.



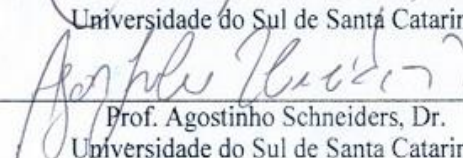
---

Professor e orientador Rogério Santos Da Costa, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Prof. Luciano Daudt da Rocha, Ms.  
Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Prof. Agostinho Schneiders, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia;

Aos meus pais por todo o apoio;

Aos meus amigos pelas alegrias, tristezas e conquistas compartilhadas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força para a realização desta conquista.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro.

Ao meu orientador Sr. Rogério Santos Da Costa, pelo suporte, suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos.” (Marcel Proust).

## RESUMO

A nacionalização dos hidrocarbonetos institucionalizada pelo presidente boliviano Evo Morales em Maio de 2006, colocou em questão a atuação da Petrobras como empresa estratégica internacional. Tal fato consolidou-se em função de diversos fatores de cunho político, econômico, culturais e ideológicos. Esta monografia explora a atuação da multinacional brasileira no caso com intuito de ressaltar sua importância para o Brasil e para o mundo. Para isto contextualizou-se a aplicação das principais teorias de Relações Internacionais para com os recursos energéticos, posteriormente, realizou-se uma análise de sua atuação na América Latina, bem como, apresentou-se dados relevantes de sua capacidade produtiva, além de comparativos com outros países latino-americanos. Para compreender-se a conduta boliviana realizou-se um recuo histórico dos fatores culturais e acontecimentos que incentivaram o nacionalismo no país. Em seguida, caracterizou-se as relações Brasil-Bolívia no que concerne a interdependência econômica de ambos os países, demonstrando dados de trocas comerciais e uma linha do tempo atuação da Petrobras em território boliviano. Por fim, realizou-se a análise da atuação da empresa brasileira frente a nacionalização boliviana dos hidrocarbonetos, contextualizando a política externa brasileira na época refletida no *hall* de ações da Petrobras. Esta foi uma pesquisa bibliográfica e documental. Valorizaram-se as contribuições dos teóricos de Relações Internacionais, bem como a de especialistas e estudiosos do caso em questão.

Palavras-chave: Petróleo; Petrobras; Política externa.

## **ABSTRACT**

The nationalization of hydrocarbons institutionalized by Bolivian President Evo Morales in May 2006 called into question the performance of Petrobras as an international strategic company. This fact was consolidated due to several factors of a political, economic, cultural and ideological nature. This monograph explores the performance of the Brazilian multinational in the case in order to highlight its importance for Brazil and for the world. To this end, the application of the main theories of International Relations to energy resources was contextualized, and an analysis of their performance in Latin America was carried out, as well as relevant data on their productive capacity were presented, as well as comparisons with other Latin American countries. To understand the Bolivian conduct was realized a historical retreat of the cultural factors and events that encouraged the nationalism in the country. Next, Brazil-Bolivia relations were characterized as regards the economic interdependence of both countries, showing trade data and a timeline of Petrobras operations in Bolivian territory. Finally, the analysis of the performance of the Brazilian company in the face of the Bolivian nationalization of hydrocarbons was carried out, contextualizing the Brazilian foreign policy at the time reflected in the Petrobras stock exchange.

Key words: Petroleum. Petrobras. Foreign policy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Pirâmide de compras de bens/serviços e de conhecimento.....                        | 24 |
| Figura 2- Produção de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) - 2006.....  | 30 |
| Figura 3 - Produção de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) - 2017..... | 31 |
| Figura 4 - Rio Neuquén na Argentina .....                                                     | 32 |
| Figura 5 - Parque de Yasuni - Bloco 31.....                                                   | 35 |
| Figura 6 - Reservas provadas de petróleo bruto em barris (bbl) na América Latina .....        | 35 |
| Figura 7 - Evolução da produção de gás natural na América Latina.....                         | 36 |
| Figura 8 - Crescimento da produção de petróleo na América Latina 2000-2015.....               | 37 |
| Figura 9 - Áreas de atuação da Petrobras na Bolívia.....                                      | 48 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Média mensal de produção de óleo e LGN em território brasileiro (MBPD) .....                                      | 25 |
| Gráfico 2 - Média mensal de produção de óleo e LGN (MBPD) em território internacional - Petrobras .....                       | 27 |
| Gráfico 3 - Média de produção internacional mensal de óleo e LGN - empresas onde a Petrobras possui participação (MBPD) ..... | 28 |
| Gráfico 4 - Média de produção internacional mensal de óleo e LGN de empresas controladas pela Petrobras (MBPD).....           | 29 |
| Gráfico 5 - Importação de Gás Natural boliviano realizadas pelo Brasil .....                                                  | 68 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Número de firmas contratadas pela Petrobras 1998-2007.....                       | 23 |
| Tabela 2 - Diferenças nos contratos da Petrobras antes e após o Decreto Supremo 28701 ..... | 55 |
| Tabela 3 - Importação brasileira de Gás Natural Boliviano Mm3/d. 2006 – 2011. ....          | 68 |
| Tabela 4 - Importação brasileira de Gás Natural boliviano Mm3/d. 2012 – 2017. ....          | 68 |

## SUMÁRIO

|                                                                                  |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                       | <b>12</b> |
| <b>2. ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS E DE ATUAÇÃO HISTÓRICA DA PETROBRAS.....</b> | <b>16</b> |
| 2.1 REALISMO.....                                                                | 16        |
| 2.2 LIBERALISMO. ....                                                            | 18        |
| 2.3 ESTRUTURALISMO. ....                                                         | 19        |
| 2.4 IMPERIALISMO .....                                                           | 20        |
| 2.5 SURGIMENTO E ATUAÇÃO NACIONAL DA PETROBRAS .....                             | 22        |
| 2.5.1 A Petrobras como empresa estratégica internacional .....                   | 26        |
| 2.5.2 Atuação na América Latina .....                                            | 31        |
| <b>3. EXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA BOLIVIANA.....</b>                                  | <b>38</b> |
| 3.1 O NACIONALISMO BOLIVIANO .....                                               | 39        |
| 3.2 PROJETO NEOLIBERAL NA BOLÍVIA.....                                           | 42        |
| <b>4. O INÍCIO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.....</b>          | <b>45</b> |
| 4.1 O GASODUTO .....                                                             | 46        |
| 4.2 ATUAÇÃO DA PETROBRAS EM TERRITÓRIO BOLIVIANO .....                           | 47        |
| 4.3 O GOVERNO LULA E A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA FRENTE À PETROBRAS .....     | 50        |
| <b>5. O DECRETO DA NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS .....</b>                  | <b>54</b> |
| 5.1 O PAPEL DE EVO MORALES NA NACIONALIZAÇÃO.....                                | 56        |
| 5.2 A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS FRENTE AO CASO .....                                  | 59        |
| 5.4 RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA PÓS NACIONALIZAÇÃO.....                              | 66        |
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                              | <b>70</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                          | <b>72</b> |
| <b>ANEXOS – Cronologia das relações bilaterais Brasil - Bolívia .....</b>        | <b>78</b> |
| <b>ANEXO A – Discursos e declarações em relação a Bolívia.....</b>               | <b>82</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Os recursos energéticos constituem historicamente uma das causas de disputa de poder entre os Estados. Esta disputa tornou-se ainda mais acirrada após a primeira onda de industrialização em função da maior demanda desses recursos para a manutenção da indústria e do mundo globalizado. Esta disputa se dá pelo fato de que os mesmos são indispensáveis para a produção de energia elétrica, combustíveis e um conjunto diverso de produtos, como por exemplo o plástico, que são muito utilizados atualmente.

Neste sentido, o Brasil é detentor de uma rica fonte de recurso, o Petróleo, estando entre os 20 maiores produtores do mundo segundo a Forbes, 2016. Além disto, detém uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, a Petrobras Petróleo Brasileiro S.A, empresa transnacional que possui atuação nas áreas de exploração e produção de petróleo e Gás, geração de energia elétrica, refino de petróleo e gás, entre outras atividades. Criada no ano de 1953 durante o governo de Getúlio Vargas, hoje consiste em uma empresa estatal de economia mista, com capital aberto, sendo o Governo Brasileiro o acionista majoritário. Em 2018 a Petrobras está em 25 países, sendo assim, uma empresa de expressiva importância para a representatividade do Brasil do sistema internacional.

Desta forma, sentiu-se a necessidade de investigar suas ações estratégicas realizadas no âmbito internacional que constituem e refletem a política externa brasileira, principalmente no que diz respeito a gestão e controle dos recursos energéticos nacionais e nas relações que estão sendo estabelecidas com os Estados em função destes recursos.

Neste sentido, esta monografia foi direcionada à descrever a relevância das ações da Petrobras no sistema internacional e os reflexos da política externa brasileira através da análise do caso da nacionalização do petróleo em 2006 pelo governo boliviano, que a priori parece ser um caso de muita relevância para o entendimento da ação estratégica de uma empresa estatal numa política externa. Portanto, tem como intuito responder o seguinte questionamento: Quais foram as ações estratégicas da política externa brasileira utilizadas no caso da nacionalização da Petrobras na Bolívia em 2006?

A vista disto, o estudo justifica-se primeiramente em função da deficiência teórica nas Relações Internacionais em torno dos recursos energéticos e a importância dos mesmos para a manutenção do poder do Estado, em segundo momento devido a importância da Petrobras como empresa estratégica internacional, e também da relevância da relação que os países envolvidos possuem.

Conforme apontou Fuser (2008), havia uma quantidade insuficiente de estudos da temática aqui proposta na academia brasileira, pois em contraste com outras questões como os jogos de poder entre as potências, a soberania e os blocos regionais de comércio, a disputa pelos recursos energéticos nunca se firmou como um assunto prioritário para os teóricos e estudiosos de Relações Internacionais. Na academia brasileira, pode-se considerar que ainda há uma insuficiência de estudos nesta área, e dada a importância destes recursos para um Estado pode-se dizer que o tema não é abordado da mesma forma como outros colocados como “primordiais” na área de Relações Internacionais.

Entretanto, em suas poucas e importantes abordagens teóricas do assunto, alguns teóricos salientam a importância do tema, como Hans Morgenthau (2003) que aponta que as matérias-primas estão entre os componentes que determinam a estabilidade do poder de um Estado. O autor direciona-se exclusivamente aos recursos naturais utilizados na produção industrial de armamentos pois em sua concepção as matérias-primas são necessárias para a produção de armamentos sofisticados, e, sendo assim, o poder de um Estado torna-se cada vez mais dependente destes recursos e do controle dos mesmos. Kenneth Waltz (2002) outro teórico renomado, também cita em sua obra denominada Teoria das Relações Internacionais a importância estratégica dos suprimentos essenciais, entre os quais o autor destaca o Petróleo.

Assim sendo, a Petrobrás torna-se um objeto de estudo que demanda atenção dos estudiosos pois trata-se de uma multinacional que atua como ponte das relações do Brasil com os Estados, além de deter o controle do Petróleo brasileiro. Em função disto, os estudos acerca de suas ações estratégicas são cruciais para entender a dinâmica do governo em vigor, ou seja, as intenções da política externa brasileira em determinado período.

Desta forma, o estudo também tratará essencialmente das relações Brasil-Bolívia com foco na energia e que, de acordo com Vianna (2010), iniciou-se em 1993 com o fornecimento do gás da Bolívia para o Brasil através da construção de um gasoduto que funcionou como a base de consolidação da relação dos países. Salienta-se a importância desta relação para a integração sul-americana, temática prioritária para a Política Externa brasileira durante o governo Lula (COSTA, 2010).

A vista do que foi exposto, essa pesquisa possui como objetivo geral: analisar as ações estratégicas da política externa brasileira no caso da nacionalização da Petrobras na Bolívia em 2006. Teve-se como objetivos específicos: debater a importância dos recursos energéticos para a soberania dos Estados; Demonstrar o histórico cultural e político na Bolívia; Demonstrar a importância das ações estratégicas da Petrobras e seus reflexos para a

política externa brasileira e para as relações com os Estados; e, por fim, analisar o caso proposto.

A presente monografia ficou dividida em quatro capítulos além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 2 serão apresentados os vínculos das teorias das Relações Internacionais com os recursos energéticos bem como a importância destes recursos para a manutenção da soberania dos Estados. Também será contextualizado o surgimento da Petrobras e sua atuação e seu impacto em território brasileiro e em território internacional. Para isto foram realizadas pesquisas de dados a respeito do potencial de produção da Petrobras, bem como o posicionamento de analistas a respeito da empresa.

No capítulo três serão abordados os aspectos histórico culturais da Bolívia realizando-se um recuo em sua história, visando demonstrar as raízes do sentimento nacionalista desenvolvido no país assim como os efeitos do neoliberalismo e do imperialismo no país.

No capítulo quatro serão tratadas das relações comerciais entre Brasil e Bolívia, o ponto inicial dessa relação e a sua trajetória demonstrando as trocas comerciais realizadas ao longo do tempo e a agenda diplomática entre os dois países.

No capítulo cinco serão abordadas as ações da Petrobras frente ao conflito, as atuações do governo através de seu corpo diplomático. Mostra-se o passo a passo de sua atuação através dos discursos dos mais importantes representantes da política externa brasileira naquele momento, desta forma será possível compreender a linha da política externa deferida.

Para a realização da pesquisa utilizou-se as técnicas e análise de conteúdo e análise documental. De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Em relação a análise documental Bardin (1977) menciona que “é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência.”

Desta forma, os procedimentos utilizados para a coleta de dados deste estudo serão os procedimentos bibliográficos e documentais.

Gil (2002, p.50) aponta que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, principalmente livros e artigos científicos. O autor chama atenção para a qualidade da pesquisa, a qual deve ter fontes que apresentam dados fiéis, além disto, deve ser realizada uma análise profunda de cada informação para descobrir-se possíveis incoerências, além disto, deve-se utilizar fonte diversas.

Em relação à pesquisa documental, Gil (2002) aponta que a mesma se assemelha muito a bibliográfica, entretanto, os materiais utilizados como fonte de pesquisa são constituídos de documentos. Tais fontes podem ser: documentos oficiais, reportagens de jornais, contratos, cartas, bem como, relatório de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. Na pesquisa documental deve-se utilizar a mesma cautela utilizada na pesquisa bibliográfica, no que diz respeito a seleção das fontes da pesquisa.

Desta forma, nesta monografia foram utilizados documentos advindos diretamente dos arquivos do Itamaraty, disponíveis em acervo online. Para tal, foram consultados depoimentos, discursos, notas e entrevistas oficiais das principais autoridades brasileiras no caso, como do Ex Presidente Luís Inácio Lula Da Silva e o ex Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim. Tais discursos foram emitidos entre os dias 03 e 09 de Maio de 2006. Também foram consultadas entrevistas noticiadas através de jornais como Estadão, UOL, The New York Times, The Guardian, entre outros.



## **2. ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS E DE ATUAÇÃO HISTÓRICA DA PETROBRAS**

Neste capítulo serão abordados os conceitos-chave para o entendimento do principal foco desta monografia. Decidiu-se por separar o capítulo em sete subtópicos: Realismo; Liberalismo; Estruturalismo; Imperialismo; Surgimento e atuação nacional da Petrobrás; Atuação na América Latina; Atuação em território internacional. Na primeira parte visou-se estabelecer uma visão dos recursos energéticos a luz das principais teorias de relações internacionais, a fim de proporcionar um entendimento das atitudes da Petrobras para solucionar o caso analisado, proporcionando o “encaixe” de algumas dessas teorias no decorrer da história. Para estes primeiros tópicos utilizou-se a visão de alguns teóricos e estudiosos renomados em conjunto com a análise da autora. Na segunda parte, discorreu-se sobre o surgimento e atuação da Petrobras, principal foco desta monografia, no âmbito nacional e internacional, permitindo-se ter uma visão de sua importância para a representatividade do Brasil no sistema internacional, bem como para o desenvolvimento do país. Para isto foram utilizados estudos de representatividade da empresa no âmbito nacional, assim como gráficos e dados de sua atuação internacional.

### **2.1 REALISMO**

Os recursos energéticos compõem um tema tratado desde os primórdios pelos teóricos das Relações Internacionais, muitas vezes, tais estudos foram considerados limitados e geralmente não se encontravam no centro das atenções em comparação com outros temas, como as relações de poder, soberania e blocos regionais, por exemplo. Entretanto, atualmente pode-se considerar que houve um aumento relativo destes estudos, mesmo assim, dada a importância do tema, ainda são insuficientes na academia brasileira.

Historicamente a segurança energética estava associada principalmente ao petróleo e embora o petróleo continue sendo uma questão importante, a crescente complexidade dos sistemas de energia requer outros sistemas rigorosos para a compreensão de uma gama maior de fatores.

Neste sentido, Hans Morgenthau, pai da Teoria Realista, inclui as matérias primas como um dos componentes estáveis para a manutenção do poder nas Nações. Para Morgenthau (2003), a importância das matérias primas cresce na medida em que os combates são cada vez mais mecanizados, sendo assim, as nações tornam-se cada vez mais dependentes

do controle das mesmas, tanto em questões de guerra como para manter a paz. (FUSER, 2008).

Robert Gilpin (1981) em sua obra *War and Change in World Politics*, cita que o Petróleo é uma das motivações para as guerras, o autor aponta que [...] “o padrão histórico predominante tem sido o uso da força por uma sociedade para se apoderar de recursos escassos e cada vez mais dispendiosos, sejam eles o trabalho escravo, a terra fértil ou o petróleo”. Tal citação remete a situação analisada na presente monografia, onde elucida um posicionamento de defesa por parte do Estado boliviano para proteger seus recursos energéticos.

Oliveira (2007) também menciona o petróleo como protagonista de disputas entre os Estados no sistema mundial atualmente. O autor conceitua que dentre os variados recursos energéticos existentes, o de uso mais intenso no último século é o Petróleo, fato que o torna extremamente importante para que se possa entender o Sistema Mundial e suas particularidades. Ainda, ressalta-se que, a dependência do Petróleo é problemática para as grandes potências e para potências regionais. Tal fato aumenta a possibilidade de cenários onde os países se envolvam em conflitos em áreas petrolíferas para garantir sua segurança energética.

Desta forma, para Fuser (2008), existem limitações na corrente realista que a impedem de explicar os impasses atuais, no que diz respeito, por exemplo, ao papel do petróleo nos conflitos do Oriente Médio e ao nacionalismo dos recursos em escala mundial. O autor cita:

Os limites do realismo estão relacionados com o seu papel como ferramenta teórica a serviço dos países capitalistas centrais. Com seu foco restrito às grandes potências, o realismo é incapaz de explicar a conduta internacional dos Estados menos poderosos, os chamados países “em desenvolvimento” ou “periféricos”. Alguns desses Estados, tratados pelos autores realistas como meros peões no tabuleiro estratégico, passivos, sem capacidade de ação autônoma, constituem, na realidade, atores-chaves na disputa global por matérias-primas. (FUSER, 2008 p. 4.).

Neste sentido, entende-se que o realismo se atém apenas para entender a dinâmica de países que possuem capital para promover sua segurança, através de seu armamento bélico. Situações em países como Bolívia, Venezuela, Brasil e Conflitos no Oriente Médio e países do continente africano, por exemplo, não se encaixariam nessa seara, pois não são essencialmente grandes potências de segurança internacional e exigem uma maior análise de seu contexto histórico, político e econômico para lidar com essas questões. Desta forma, Dufour (2011) também traz uma crítica a teoria realista perante ao tratamento dos recursos

energéticos, o autor aponta que o realismo tende a concentrar-se apenas na distribuição de poder e na localização destes recursos, bem como nas tensões globais e regionais e conflitos entre os Estados, deixando uma lacuna na análise das relações estatais, na análise dos conflitos econômicos e até mesmo na cooperação interestatal. Assim, compreende-se que as soluções realistas não consideraram questões de interdependência econômica, como no caso do Brasil e Bolívia, e não seria a melhor visão teórica para compreender o caso.

## 2.2 LIBERALISMO

Seguindo a luz das teorias de Relações Internacionais, o liberalismo mostra-se como uma das principais correntes e torna-se essencial analisar a gestão dos recursos energéticos sob sua perspectiva. Esta corrente teórica sustenta que as realidades internas e externas dos Estados não são dissociadas. De acordo com a teoria, a autonomia individual transcende os Estados e as instituições políticas, que devem respeitar este direito através da democracia. Os adeptos do liberalismo afirmam que através da cooperação entre os Estados e a liberalização do comércio, a prosperidade global poderá ser alcançada. (DUFOUR, 2011).

No que diz respeito ao liberalismo aplicado a questão dos recursos energéticos a abordagem liberal enfatiza a cooperação como a melhor forma de conduzir a oferta e a demanda destes recursos, promovendo a interdependência econômica e os arranjos no gerenciamento do setor energético. (DUFOUR, 2011). Desta forma, entende-se que os acordos bilaterais, cooperação regional, e acordos em geral firmados entre os Estados englobam essa seara teórica e poderiam solucionar conflitos relacionados a disputas dos recursos energéticos. Pode-se dizer que o caso aqui estudado nesta monografia está relacionado dentro desta perspectiva teórica.

Lallande (2017) fala sobre o liberalismo institucional, o autor cita “Esta tendência del liberalismo considera que las instituciones promueven, mejoran y aumentan la permanencia a través del tiempo de la cooperación internacional, y de ahí adjetivo “institucional”. Para Keohane (2001) o liberalismo institucional compõe um conjunto de regras formais e informais, persistentes e interconectadas que definem papéis de comportamentos, constroem atividades e modelam expectativas, ou seja, são mecanismos normativos das relações internacionais que pretendem influenciar na conduta dos atores.

Neste sentido, há críticas ao liberalismo institucional no que tange o estudo dos recursos energéticos, as mesmas vão contra o ponto de vista que de a interdependência

econômica<sup>1</sup> irá resolver os impasses da redução dos estoques de recursos energéticos disponíveis. Também há críticas de que o liberalismo institucional revela graves insuficiências como paradigma teórico. Robert Keohane e Joseph Nye (2001) citam que a interdependência pode ser uma fonte de conflito e um recurso de poder. Os autores ponderam que a relação de interdependência é de extrema complexidade, pois os Estados procuram se precaver diante das incertezas geradas pela dependência externa. Desta forma, o esforço de manter sob controle os recursos energéticos podem gerar situações de tensões e conflitos. Além disso, afirmam que a fraqueza do liberalismo está na abordagem centrada em Estados industrializados, deixando a desejar na análise dos Estados periféricos e impondo uma agenda liberal aos mesmos. Outra crítica é que a teoria ignora as preferências dos Estados e dos atores sociais. (FUSER, 2008, DUFOUR 2011).

Os movimentos liberais propõem algumas indicações como [...] transparência na gestão de energia, regulamentações internacionais para limitar o comércio ilícito, responsabilidade social corporativa para empresas de energia [...] e instituições de energia regionais e internacionais. (DUFOUR, 2011).

Por fim, em relação a interdependência econômica proposta pelo liberalismo, Nogueira e Messari (2005) citam como exemplo a interdependência econômica Brasil-Bolívia na crise no gás natural. Neste caso, o Brasil possui uma certa vulnerabilidade à Bolívia, já que realiza a importação de 90% do gás natural que abastece o país. Em função disto, pode-se observar que no que diz respeito a matérias-primas estratégicas os Estados são mais vulneráveis, comparados a outros tipos de materiais. (FUSER, 2008).

## 2.3 ESTRUTURALISMO

O estruturalismo está entre as principais teorias de relações internacionais, podendo ser chamada também de marxismo. Nesta corrente teórica é possível encontrar contribuições relevantes para o estudo dos conflitos em função dos recursos energéticos. Podemos ter como exemplo, a teoria dos sistemas-mundo <sup>2</sup>(WALLERSTEIN, 2004), a do

---

<sup>1</sup> A interdependência econômica é definida como a relação entre dois ou mais países na qual os processos e decisões tomadas em cada um deles têm efeitos recíprocos – aproxima automaticamente os Estados, ao estimular a complementaridade econômica. (FUSER 2008, p. 6).

<sup>2</sup> Wallerstein desenvolve o conceito da teoria dos sistemas-mundo a partir do conceito de divisão internacional do trabalho produzida pela estrutura capitalista. A tese central de sua teoria elucida que o componente central dessa estrutura internacional resulta na divisão do mundo em três estamentos hierárquicos: centro, periferia e semiperiferia (SARFATI, 2005, p.140)

imperialismo<sup>3</sup> (LENIN, 1982) e as variantes da teoria da dependência <sup>4</sup>(GUNDER FRANK, 1978). Tais teorias apontam uma dinâmica do sistema mundial na qual os países capitalistas do norte exploram os países periféricos do sul por meio da extração de suas matérias-primas. O pensamento marxista também é útil para entender os fatores domésticos ligados aos interesses socioeconômicos que influenciam decisões de política externa. Outro fato é que a partir do conceito de “acumulação por espoliação”<sup>5</sup> proposto por Marx pode-se avaliar sob uma nova ótica os processos políticos atuais como o “nacionalismo dos recursos” e compreender as características da resistência popular ao controle de bens naturais por empresas estrangeiras. (FUSER, 2008).

As críticas a teoria estruturalista enfatizam que esta abordagem dá muita importância a estrutura de poder e localização dos recursos, assim como os realistas, entretanto, identifica com clareza a diversidade de conflitos potenciais, seja nos âmbitos internacional, regional ou global. (DUFOUR, 2011).

## 2.4 IMPERIALISMO

De acordo com Morgenthau (2003) p.146, as teorias econômicas do imperialismo desenvolveram-se em três vieses de pensamentos: a marxista, a liberal e uma terceira designada como a “teoria diabólica” do imperialismo. A teoria marxista se dá sob a convicção de que os problemas políticos ocorrem devido ao reflexo das forças econômicas. Em consequência disto, o imperialismo seria um produto do sistema econômico em que ele se origina, ou seja, o capitalismo. O autor relata que, segundo a linha de pensamento marxista, a sociedade capitalista é incapaz de encontrar mercados suficientes para seus produtos em excesso, ou seja, acaba ocorrendo a “migração” do capital para outras áreas que podem ser capitalistas ou não, para, assim, conseguir conter o acúmulo do capital para investimentos.

Para pensadores da corrente marxista como Lenin, identifica-se o imperialismo como um fenômeno idêntico ao capitalismo.

---

<sup>3</sup> Na teoria do imperialismo Lenin aponta que é a fase superior monopolista do capitalismo, em que o capitalismo chega a um nível de desenvolvimento em que viabiliza a dominação dos monopólios e do capital financeiro. (LENIN, 1982).

<sup>4</sup> A teoria da dependência surgiu na América Latina nos anos 60 e tentava explicar as novas diretrizes do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado em 1930-45. Em suma, sob o impacto da crise de 29 as economias latino-americanas haviam se orientado em direção da industrialização caracterizada pela importação de produtos industriais das potências econômicas centrais, em detrimento da produção nacional. (SANTOS, 1998, p. 17).

<sup>5</sup> Conceito formulado por David Harvey (2003) onde retoma a elaboração de Marx sobre a acumulação primitiva do capital como um processo “baseado no saque, na fraude e na violência. (FUSER, 2008 p. 09).

o imperialismo é o capitalismo naquela fase de seu desenvolvimento em que o domínio de monopólios e o capital financeiro já se estabeleceram, no qual a exportação de capitais adquiriu uma importância muito grande; no qual já teve início a divisão do mundo entre os grandes cartéis internacionais; e em que já se completou a partilha de todo território da terra entre as grandes potências capitalistas. (LENIN, 1982, p.33).

Morgenthau (2003) traz John A. Hobson como principal teórico difusor da teoria realista. Ressalta-se que diferente do marxismo, o liberalismo preocupa-se com o imperialismo, não apontando o capitalismo como principal problema, mas sim, os desajustes causados dentro do sistema capitalista. Da mesma forma que o marxismo supõe, a visão liberalista aponta que o grande problema é o superávit do capitalismo, onde ocorre uma produção em massa e que precisa buscar outros mercados para que possa “escoar” tamanha produção. A diferença do marxismo para o liberalismo é que, o liberalismo propõe como solução para os excessos do capitalismo, a expansão do mercado doméstico mediante reformas econômicas.

Em relação a “teoria diabólica” Morgenthau (2003) afirma ser a teoria de maior simplicidade e mais popularizada nos Estados Unidos. A teoria identifica grupos que ganhavam com conflitos, como os fabricantes de material bélico, banqueiros internacionais e seus assemelhados. Como lucravam com os conflitos, deduz-se que devem ter tido interesse que houvesse guerra. Desta forma, os que ganham com os conflitos tornaram-se os “vendedores de guerra”, seres malignos que planejam guerras para poder enriquecer. Assim, para os adeptos desta teoria, o imperialismo e a guerra significam apenas conspiração de capitalistas interessados no ganho particular.

Para Morgenthau, as críticas ao imperialismo sugerem que todas as explicações do imperialismo, desde as mais refinadas às mais primitivas são invalidadas pela prova de experiência histórica. O autor trata que apenas pode-se constatar alguns casos isolados em uma lei universal histórica. No final do século XIX e em parte do XX, poucas guerras foram travadas primordialmente em função de objetivos econômicos. Um exemplo é a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, de 1932 a 1935, a ser tratada mais adiante nesta monografia, que é tida como um conflito entre duas petrolíferas pelo controle dos campos de petróleo. Entretanto o autor aponta que em todo o período do capitalismo maduro não houve qualquer conflito, com exceção da Guerra dos Bôeres que tenha sido incentivada por motivos econômicos.

Por fim, o autor liga a rápida acolhida a interpretação do imperialismo pelo fato de que a teoria explica uma série de fatos vitais e todo um labirinto de políticas internacionais reduzindo-se a explicação dos abusos do capitalismo, uma explicação simples que fornece uma resposta sucinta e quase automática.

## 2.5 SURGIMENTO E ATUAÇÃO NACIONAL DA PETROBRAS

A Petrobras foi fundada no ano de 1953 ao decorrer do ciclo de desenvolvimento dos governos de Getúlio Vargas - Juscelino Kubitschek. Desde seu início a empresa foi levada a desenvolver tecnologias a fim de abastecer uma defasagem evidente no Brasil, pois todos os projetos iniciais de refinarias eram desenvolvidos através de tecnologias vindas do exterior. O trabalho de engenheiros e outros diversos profissionais qualificados e as pesquisas iniciais de P&D (Pesquisa e desenvolvimento) proporcionaram ao Brasil o domínio e inovação na tecnologia do petróleo. Em consequência do surgimento deste novo setor no país pode-se observar o surgimento de uma cadeia de empresas advindas da área petrolífera, implantadas a partir das demandas da Petrobras. Tais empresas foram de suma importância para que houvesse a apropriação e importação de tecnologia estrangeira. O desenvolvimento destas tecnologias permitiu então que a indústria de bens de capital se tornasse um dos grandes polos indutores do crescimento econômico no Brasil. (IPEA, 2010).

A empresa também teve seu capital aberto para investimento não-estatal que como aponta Junior (2012) iniciou-se com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 9, de 1995 e se aprofundou com a Lei nº 9.478/1997.<sup>6</sup> A partir destes marcos intensificou-se o fluxo de investimentos para a atividade petroleira advindos de empresas internacionais e de novas empresas constituídas no Brasil, assim como da própria Petrobras.

Desta forma, o IPEA (Instituto de Pesquisa Economia Aplicada) em conjunto com a Petrobras realizou uma pesquisa visando analisar o poder de compra da petrolífera brasileira e os impactos econômicos nos seus fornecedores implantados no Brasil. A pesquisa foi realizada com um total de 69.874 empresas brasileiras fornecedoras da Petrobras, entre produtos e serviços, nos 10 anos compreendidos entre 1998 e 2007. Os resultados apontaram que a Petrobras comprou destas empresas produtos equivalentes a R\$ 378 bilhões. Se o

---

<sup>6</sup> A lei Lei nº 9.478/1997 dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Entre as premissas estão a autorização a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo. (BRASIL, 1997)

cálculo for realizado por ano, totalizaram-se a aquisição de bens e serviços de 18 mil empresas e o valor de R\$ 38 bilhões movimentando a economia.

Tabela 1 - Número de firmas contratadas pela Petrobras 1998-2007.

| Ano          | Nº Firms      | Valor corrente (R\$)      | Valor real (R\$)<br>(IPCA – Julho 2008=100) |
|--------------|---------------|---------------------------|---------------------------------------------|
| 1998         | 13.703        | 10.857.791.316,36         | 21.085.830.736,38                           |
| 1999         | 13.257        | 17.843.283.560,43         | 33.134.977.571,72                           |
| 2000         | 15.818        | 12.520.945.604,97         | 21.711.319.679,01                           |
| 2001         | 17.692        | 22.259.758.073,18         | 36.060.808.078,55                           |
| 2002         | 16.305        | 22.806.226.806,87         | 34.368.983.797,96                           |
| 2003         | 16.465        | 75.676.170.316,19         | 98.757.402.262,63                           |
| 2004         | 19.340        | 26.408.380.830,14         | 32.271.041.374,43                           |
| 2005         | 24.442        | 24.186.565.873,07         | 27.741.991.056,41                           |
| 2006         | 24.268        | 33.174.222.829,05         | 36.591.167.780,44                           |
| 2007         | 18.365        | 34.441.620.790,50         | 36.611.442.900,30                           |
| Média 98/07  | 17.966        | 28.017.496.600,08         | 37.833.496.523,78                           |
| <b>Total</b> | <b>69.874</b> | <b>280.174.966.000,76</b> | <b>378.334.965.237,83</b>                   |

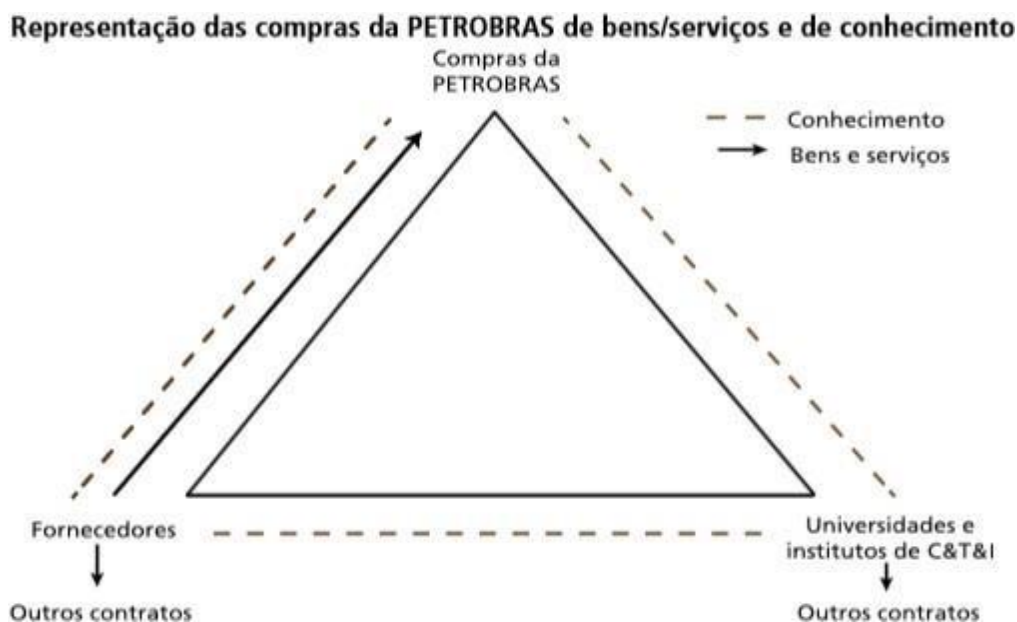
Fonte: IPEA com base em dados da Petrobrás, 2010.

Segundo o Instituto de pesquisa e economia aplicada, mais de 80% das compras realizadas na Tabela 1 foram classificadas como serviços e 20% são compras de bens. Desta forma, pode-se constatar as volumosas movimentações financeiras que deram aporte para a sobrevivência e desenvolvimento destes fornecedores no mercado brasileiro.

Vale ressaltar também, o *know-how* que foi desenvolvido em função da Petrobras, através de pesquisas em Universidades e instituições brasileiras e também no sentido de que 80% destas compras eram de serviços, ou seja, foi necessário o aprimoramento destes prestadores para que pudessem atender a multinacional. Neste sentido, a empresa também possui contratos com diversas universidades e instituições de pesquisa fazendo com que seus pesquisadores se desenvolvam dentro delas. Todo este conhecimento fez com que o país se tornasse líder mundial na área de tecnologia petroleira. Assim, a pirâmide de compras de bens/serviços e de conhecimento da Petrobrás é apresentada da seguinte forma:



Figura 1 - Pirâmide de compras de bens/serviços e de conhecimento



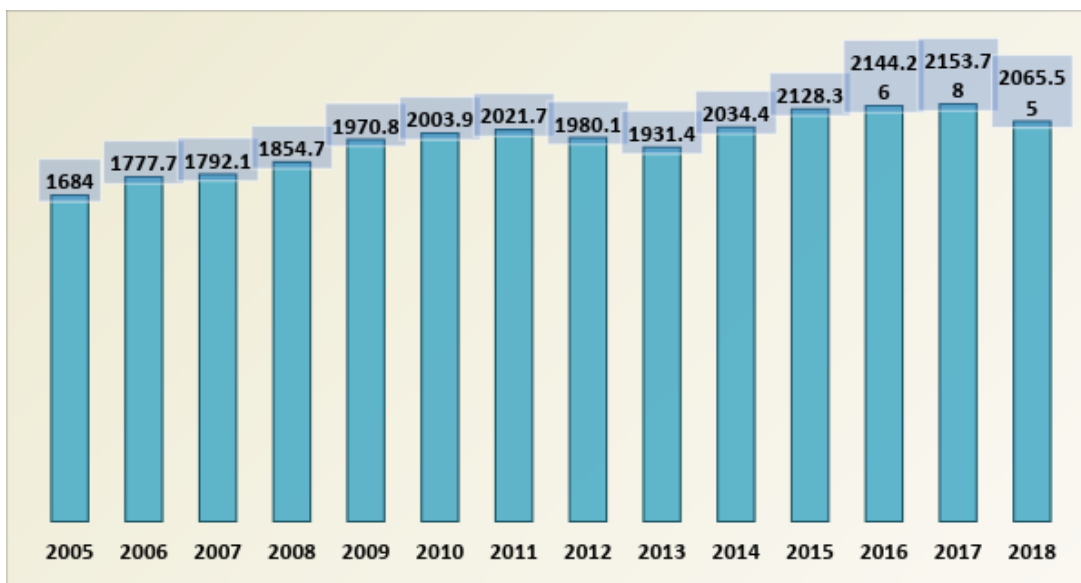
Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisa e economia aplicada), 2010.

Aos fornecedores da Petrobras pode ser aferido uma ampliação de seus departamentos de P&D, aquisição de tecnologia e associação com universidades. Também se liga este desenvolvimento às maiores exigências ambientais repassadas a estas empresas obrigando-as a uma capacitação superior às demais empresas. Toda esta influência benéfica que a Petrobras proporciona a seus fornecedores também recai sobre os colaboradores os quais são induzidos a uma maior capacitação, consequentemente possuem empregos melhores e são mais bem remunerados. (IPEA, 2010).

Desta forma, a partir da apresentação deste estudo é possível compreender que desde o início de sua atuação no Brasil, a Petrobras vem proporcionando desenvolvimento econômico e inovação tecnológica. Ao caracterizar toda a gama de setores que a empresa movimenta no país pode-se confirmar sua demasiada importância para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro. Apenas pelo fato de estar presente no mercado brasileiro e utilizar suprimentos e serviços produzidos por empresas brasileiras a Petrobras aqueceu a economia de forma inigualável e contribui para a capacitação de pesquisadores, bem como desenvolvimento dos colaboradores destas firmas.

Neste sentido, vale a pena ressaltar a produção da Petrobras em território brasileiro o gráfico demonstra a média de produção entre 2005-2018.

Gráfico 1 - Média mensal de produção de óleo e LGN em território brasileiro (MBPD)



Fonte: Petrobras, 2018. Adaptado pela autora.

No gráfico 1 verificou-se o aumento da produção de Petróleo pela Petrobras em território brasileiro. Em 2005 havia uma média de produção de 1.684 milhão bpd, enquanto em 2018 esse índice aumentou para 2.065,55 milhão bpd. Como resultado das mudanças estruturais do setor petrolífero, segundo os Anuários Estatísticos da ANP (Agência nacional de Petróleo) (2001, 2009), a produção de petróleo e gás natural mais que duplicou no país entre 1997 e 2008. Este aumento da produção demandou fortes investimentos em exploração, desenvolvimento e manutenção da produção. (JUNIOR, 2012).

Ainda de acordo com os Anuários Estatísticos da ANP em 2009 as reservas provadas brasileiras de, 12,9 bilhões de petróleo, tiveram um incremento de 0,4% e situaram o Brasil na 16ª posição no ranking mundial de reservas em 2009. Este fato também contribuiu para o aumento da produção em território nacional. Já a produção brasileira de petróleo cresceu 6,9% em 2009 e assim o país alcançou a 14ª posição entre os maiores produtores mundiais de petróleo.

Se compararmos ao ano de 2018, em relação às reservas provadas de petróleo o Brasil obteve uma pequena queda para 12,8 bilhões de barris, em relação ao ano de 2009. Em relação a produção o Brasil situou-se na 10ª posição, após o acréscimo de 4,8% no volume de óleo produzido, totalizando 2,7 milhões de barris/dia (3% do total mundial). É importante mencionar que no cálculo da produção de Petróleo também é considerado a produção de líquido Gás Natural (LGN). (ANP, 2018)

Pode-se observar também que atualmente, durante a gestão de Pedro Parente que

se iniciou em 2016, a Petrobras isentou-se da responsabilidade de atuar em favor da segurança energética nacional, da autossuficiência e da garantia do abastecimento do mercado interno. Na contramão da segurança nacional do Petróleo a empresa passou a optar pela entrada de traders estrangeiros e a retomada da remuneração de acionistas, fazendo com que seu escopo de atuação diminua consideravelmente. Durante essa gestão, as petroleiras estrangeiras obtiveram uma série de oportunidades para garantir reservas de petróleo e gás natural do pré-sal, sendo que tal fato só foi possível em função do proposital posicionamento mais passivo da Petrobras nos leilões. (NOZAQUI E LEÃO, 2018)

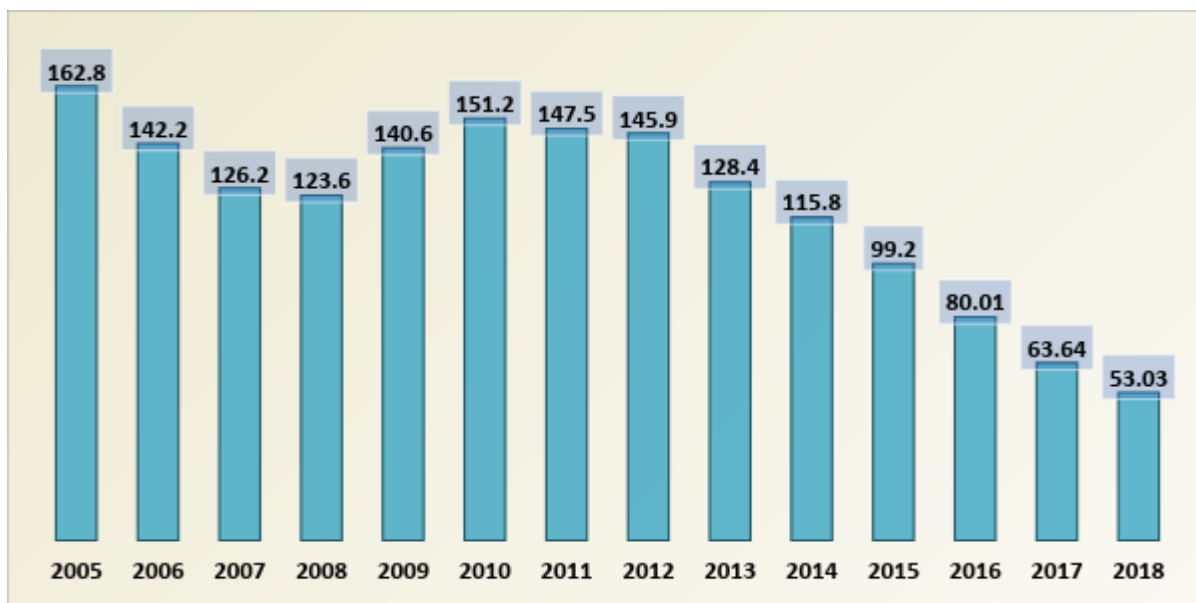
No período de 2016-2018 a Petrobras também se desfez de inúmeros blocos exploratórios de petróleo (como o BM-S-8 incorporado pela Norueguesa Statoil) e campos do pré-sal (como os de Iara e Lapa, arrematados pela francesa total) em transações que privilegiaram as grandes petrolíferas internacionais, com ênfase nas norte-americanas e chinesas. (NOZAQUI E LEÃO, 2018)

### **2.5.1 A Petrobras como empresa estratégica internacional**

Nesta monografia entende-se por empresa estratégica aquela que não é direcionada apenas pela obtenção de lucros. O lucro é parte fundamental numa empresa estatal como em qualquer outra empresa no capitalismo, isso não pode ser negado. No entanto a empresa estatal é estratégica para uma política externa quando em alguns momentos ela cede aos objetivos de lucratividade no curto prazo, para que se mantenha a sua importância dentro de um conjunto de ações, neste caso esse conjunto de ações se caracteriza pela integração regional dentro da política externa no governo Lula. Num segundo momento é possível observar que esta empresa estratégica vai voltar a obter seus lucros e a política externa não haverá perdido a sua capacidade de alcançar seus objetivos de médio e longo prazo.

Em relação a atuação da Petrobras em território internacional pode-se dizer que se obteve uma significativa queda baseando-se entre os anos de 2005 e 2018, tendo em 2005 a média mensal de produção de 162,8 milhões de barris e em 2018 a produção de 60,79 milhões de barris mensais.

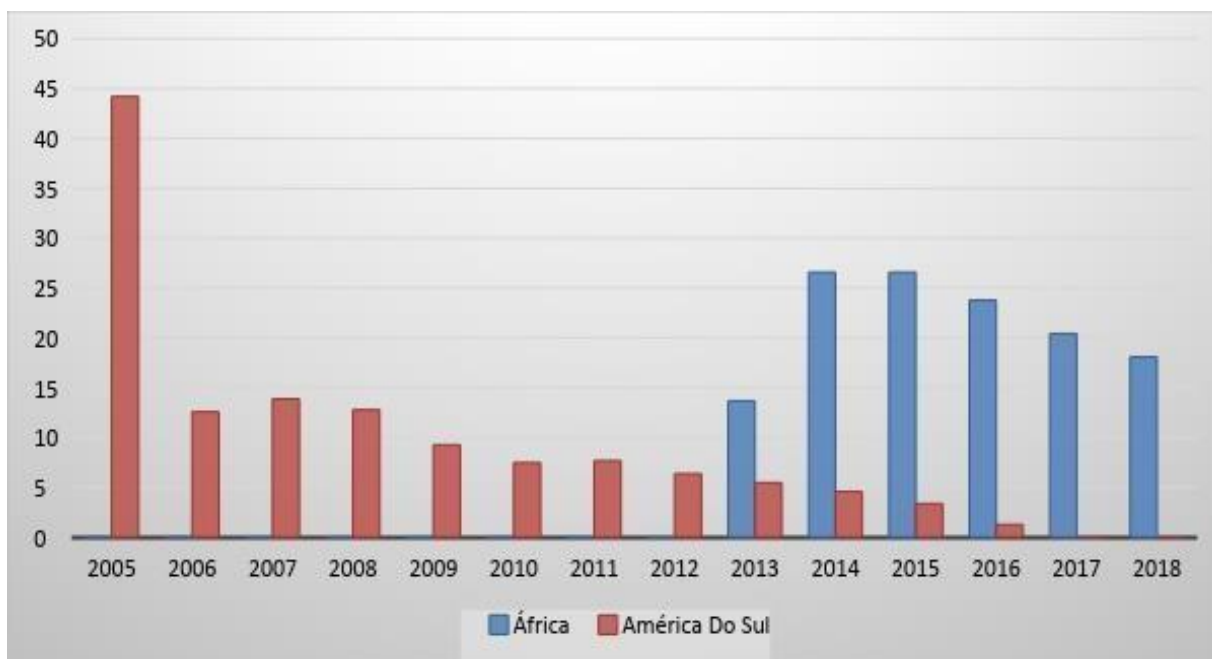
Gráfico 2 - Média mensal de produção de óleo e LGN (MBPD) em território internacional - Petrobras



Fonte: Petrobras. Adaptado pela autora, 2018

As médias do gráfico 1 subdividiram-se por regiões nos gráficos 2 e 4, sendo o gráfico 3 empresas onde a Petrobras possui participação e o gráfico 4 empresas controladas pelas Petrobras. Uma das causas apontadas pode ser a autossuficiência do Brasil ao decorrer do tempo em relação a produção do Petróleo.

Gráfico 3 - Média de produção internacional mensal de óleo e LGN - empresas onde a Petrobras possui participação (MBPD)



Fonte: Petrobras. Adaptado pela autora, 2018.

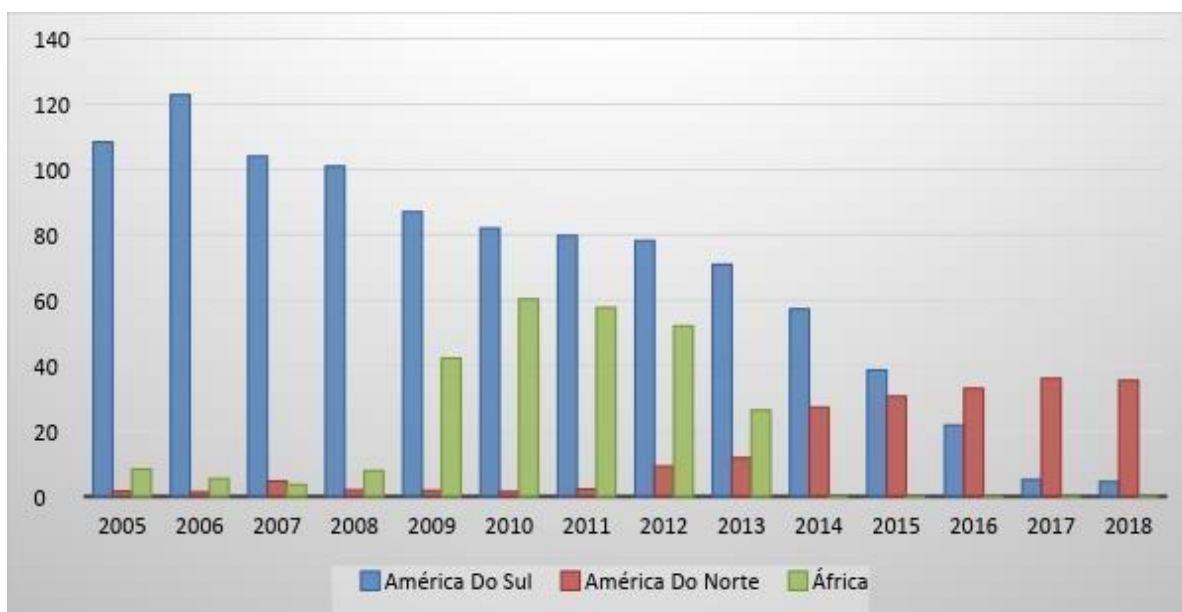
No gráfico 3 observa-se que a Petrobras aumentou participação na produção de Petróleo na África, obtendo em 2017 a média mensal de 20,44 milhões de barris. Segundo a Petrobras, na África a atividade é desenvolvida em modelo de joint venture<sup>7</sup> com o BGT Pactual, celebrada em junho de 2013. A Petrobras Oil & Gas B.V. (participada na proporção de 50% cada acionista) administra atividades de exploração e produção de óleo e gás no continente. A empresa tem filiais na Angola, Tanzânia, Nigéria e Gabão. Em contrapartida ao aumento da atuação na África, a atuação na América do Sul diminuiu.

No gráfico 4 apresenta-se a média de produção internacional de empresas controladas pela Petrobras. Sendo a América do Sul a maior provedora de produção de Petróleo, a África em segundo lugar e a América do Norte em terceiro. Observa-se uma queda na atuação na América do Sul e na África e o aumento da atuação na América do Norte, em relação aos anos de 2005 a 2018. Na América do Norte a Petrobras possui atuação desde 1987, quando foram adquiridas participações em oito blocos no setor americano do Golfo do México. Foram também iniciadas algumas parcerias com algumas das maiores petrolíferas do mundo, em decorrência do aumento nos últimos anos da participação na exploração e

<sup>7</sup> Refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria. (IPEA, 2006).

produção petrolífera em águas americanas. No México as atividades foram iniciadas em 2003 como operadores em contratos de serviços de exploração e produção de gás natural nos blocos terrestres de Cuervito e Fronterizo, localizados na Bacia de Burgos, ao norte do país. Os contratos com os dois blocos eram de prestação de serviços integrais e envolviam atividades de exploração e produção e de construção de infraestrutura. Além disto, manteve-se um convênio de colaboração científica e tecnológica com a Pemex até 2014, atualmente está em curso uma nova negociação. (PETROBRAS, 2018).

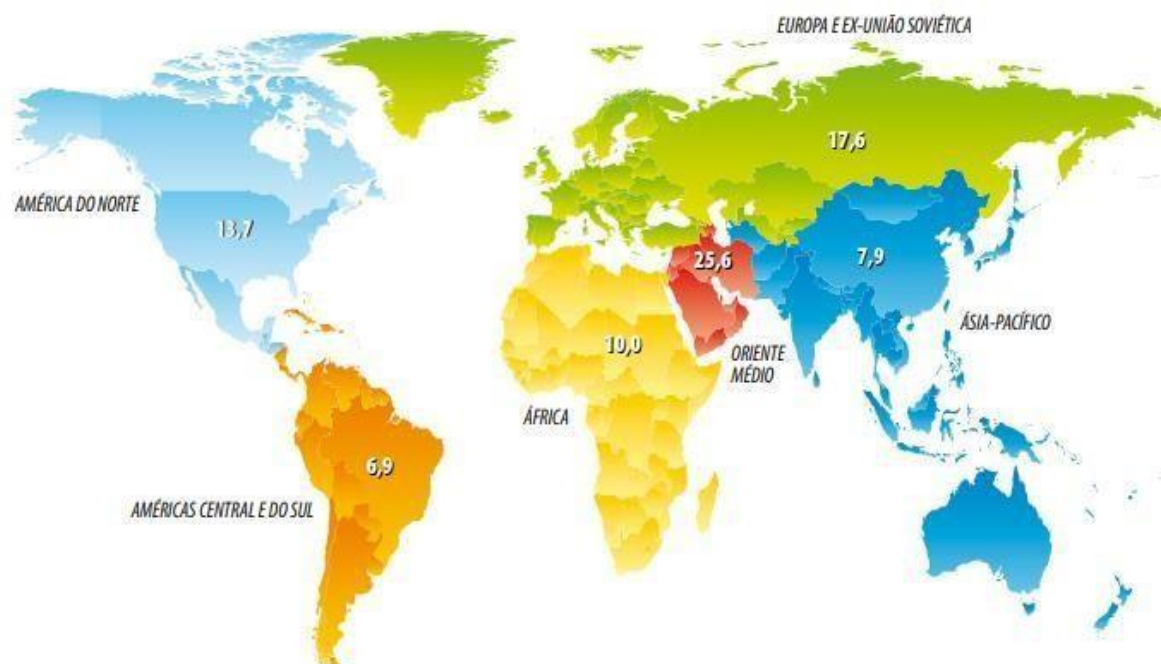
Gráfico 4 - Média de produção internacional mensal de óleo e LGN de empresas controladas pela Petrobras (MBPD)



Fonte: Petrobras. Adaptado pela autora, 2018.

Para averiguar-se a evolução da produção de petróleo mundial, apresenta-se dois mapas, nos qual a Figura 2 representa a produção de petróleo segundo regiões geográficas em 2006. O Oriente médio coloca-se como maior produtor mundial e as Américas central e do Sul concentraram o índice de 6,9, ficando último lugar no ranking de produção.

Figura 2- Produção de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) - 2006



Fonte: ANP (Agência Nacional de Petróleo), 2007.

Na Figura 3 pode-se observar um relativo aumento na produção das Américas central e do Sul, passando de 6,9 para o índice de 7,2. A América do norte foi a área que apresentou mais aumento, passando de 13,7 para 20,1 seguido do Oriente médio que aumentou seu índice de 25,6 para 31,6. A África foi o único continente que apresentou uma queda no seu índice de produção, passando de 10,0 para 8,1.

Figura 3 - Produção de petróleo, segundo regiões geográficas (milhões barris/dia) - 2017



Fonte: ANP (Agência Nacional de Petróleo), 2018.

## 2.5.2 Atuação na América Latina

A América do Sul sempre foi um dos mercados no qual a Petrobras consolidou-se através de programas de integração energética. Neste tópico realizou-se uma breve análise da situação energética em alguns países da América Latina, além de um breve histórico da atuação da Petrobras em cada país.

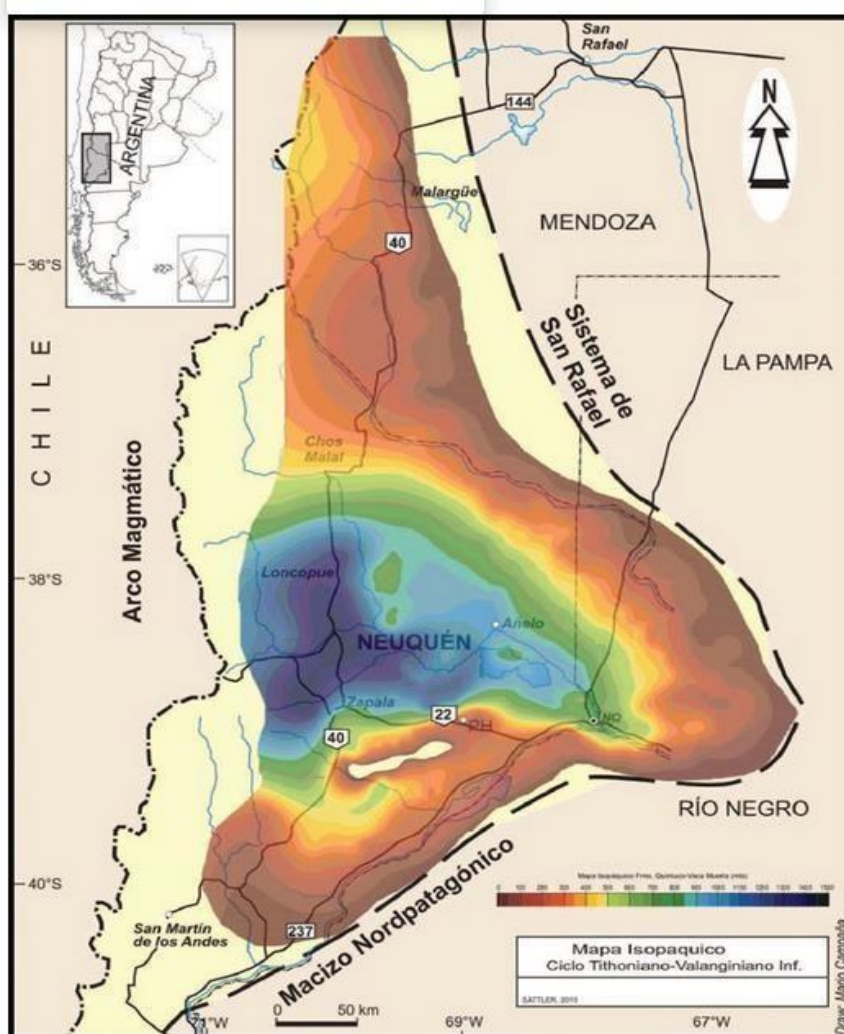
Iniciando pela Argentina, segundo estudo realizado pelo Centro de Estudios de la actividad Regulatoria Energética (CEARE – UBA) em conjunto com o Instituto Tecnológico de Buenos Aires (ITBA), Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) e Fundación Avina em 2015, a Argentina produziu 91,3% da sua OEPT (oferta de energia primaria total) de 80,2 milhões de toneladas de óleo equivalente (Mtep), fato que contesta uma relativa baixa dependência externa do país. As fontes de petróleo e gás natural representam a maior parcela de sua OEPT, totalizando 85,7% e as energias renováveis foram responsáveis por 9,8%.

No *hall* ações da Petrobras na Argentina, pode-se citar a compra do controle da Perez Companc em 2002, no valor de US\$ 1,126 bilhões. (Luce 2008 apud Márcia Tavares p.70.)



Ainda na Argentina, os ativos de Rio Neuquén<sup>8</sup> e Colpa Caranda, na Bolívia têm valor estratégico para a Petrobras. Em outubro de 2016 a Petrobras obteve a aquisição de 33,6% da concessão do Rio Neuquén, e 100% do ativo de Colpa Caranda, na Bolívia por US\$ 56 milhões. A operação realizada por meio de processo competitivo era parte importante do Plano de Desenvolvimento 2015-2016. (PETROBRAS, 2016).

Figura 4 - Rio Neuquén na Argentina



Fonte: Relatório do Congresso geológico argentino, 2011.

Já a dependência do Chile em relação aos recursos energéticos é considerável. Sua produção compõe um terço (34,7%) de sua OEPT de Mtep em 2016, na qual o petróleo detém maior participação, seguida de biocombustíveis e carvão. Os combustíveis fósseis compõem

<sup>8</sup> Rio Neuquén é um campo terrestre de tight gas (gás natural não convencional) localizado na província de Neuquén, na Argentina. E Colpa Caranda é um campo de gás na Bolívia, localizado a 100km ao norte da cidade de Santa Cruz de la Sierra. (PETROBRAS, 2016).

73,1% de sua OEPT, distribuídos em petróleo (41,1%), carvão mineral (20,3%) e gás natural (11,7%). As energias renováveis foram responsáveis por 26,9% que se divide em: biocombustíveis e resíduos (21,2%), hidráulica (4,5%), solar (0,7%) e eólica (0,5%). (CHILE, 2015).

A marca Petrobras chegou ao Chile em 2009 e a atividade no país concentra-se em comercialização e distribuição de combustíveis líquidos e lubrificantes, lojas de conveniência e serviços para motoristas. Entretanto, em 2017 foi concluída a venda de 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD) para a Southern Cross Group. A operação incluiu o licenciamento das marcas Petrobras e Lubrax. A Southern é uma companhia de capital privado e tem US\$ 2,9 bilhões em ativos sob gestão e foco em investimentos na América Latina, em empresas nos setores industriais, de serviços, logística e de produtos de consumo. (PETROBRAS, 2017; SOUTHERN, 2017).

Este tipo de venda conduzida por meio de processo competitivo é parte integrante do plano de parcerias e desinvestimentos da Petrobras, e está alinhada ao Plano Estratégico da empresa.

Em relação a Colômbia, segundo o *Plan Energético Nacional Colombia: Ideário Energético 2050* a produção de energia primária do país foi de 121,1 Mtep em 2016, dos quais 73,9% foram exportados, principalmente carvão (57,5%) e petróleo (42,2%). Os combustíveis fósseis foram responsáveis por 87,2% da sua OEPT, divididos em petróleo (46,3%), gás natural (27,9%) e carvão mineral (13,0%) (COLOMBIA, 2015).

Em 1982 ocorreu a chegada da Petrobras na Colômbia, fato que marcou o início da internacionalização da empresa. Atualmente a Petrobras está presente no segmento de exploração, bem como na comercialização e distribuição de combustíveis e lubrificantes no país. A Petrobras opera no país por meio de ativos de exploração offshore, além da participação de um bloco em terra, localizado na região de Tolima. A Petrobras também opera no bloco Tayrona, onde recentemente foi confirmada a existência de uma acumulação de gás no Poço de Orca. Assim como no Chile a empresa também oferece serviços de distribuição de combustíveis e lubrificantes por meio de uma rede de 115 postos. (PETROBRAS, 2018).

No que concerne a atuação da Petrobras no Uruguai, podemos citar a aquisição em 2004 de 51% das ações de Gaseba (Gaz de France) e a compra de 89 estações de serviço da Shell, dominando 22% do mercado de combustíveis. (ZIBECHI, 2006). Em 2006 a atuação foi ampliada através da aquisição de 66% das ações da antiga Gaseba Uruguay S.A, atual MontevideoGas. A empresa é uma concessionária de distribuição por dutos de gás natural, gás liquefeito de petróleo (GLP) e gás produzido na capital uruguaia. Em 2011 Petrobras Uruguay

adquiriu da empresa Pan American Energy Iberica S.L os outros 34% das ações da Distribuidora de Gas S.A Montevideu (MontevideoGas), detendo 100% de suas ações. Essa concessão válida até 2014 abrange a cidade de Montevideo. A Petrobras também é responsável pela distribuição de gás natural para a capital e o interior do país e por postos de gasolina em todo o território uruguaio.

Já na Venezuela, país que detém a maior quantidade de reservas provadas de petróleo, a Petrobras possui atuação desde 2003 com atividades de exploração e produção de petróleo e gás. A empresa tem participação como não operadora, em sociedade com Petróleos Venezuela SA (PDVSA) e em quatro empresas mistas que operam em campos terrestres de produção no país (PETROBRAS, 2018)

A Petrobras se fez presente no Peru desde 2002, ano em que assumiu as instalações da Perez Companc. Só em 2005 a Petrobras investiu mais de US\$ 50 milhões no Peru e em 2006 extraia 13.000 barris diários (apenas da instalação da Perez companc). Este fato alavancou a Petrobras a segunda maior produtora do país, que produzia em 2006 aproximadamente 100.000 barris diários, além disto, a empresa era responsável pela mais extensa de exploração no Peru. Em 2007, a empresa avaliava transferir o projeto de planta de gás-químico para o Peru, em lugar da bolívia. (GAZETA, 2007).

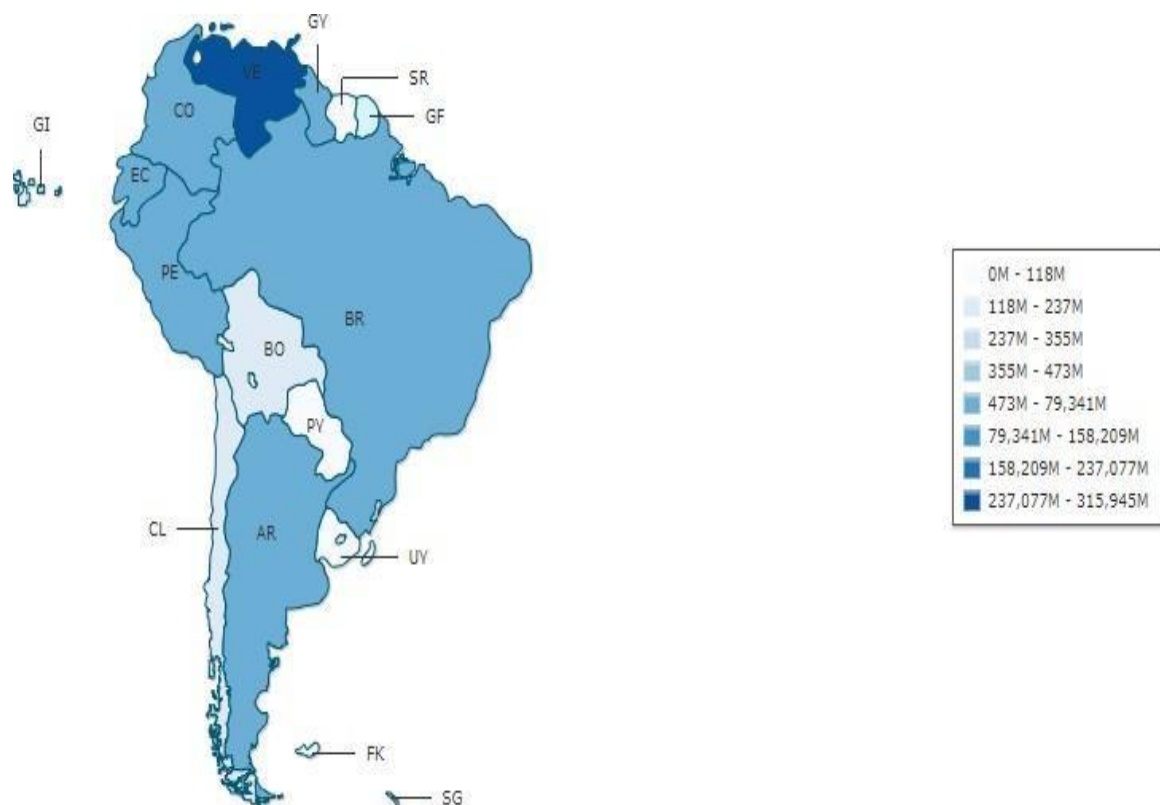
Assim como na Bolívia, a economia equatoriana está fundamentalmente baseada nas exportações de hidrocarbonetos, sendo o petróleo o principal produto do país. (MALERBA E RODRIGUES, 2004). De acordo com Luce (2008), os investimentos da Petrobras no Equador iniciaram-se a partir da compra da Pérez Companc, ao absorver os ativos da companhia. Entretanto, os blocos passados pela companhia à Petrobras apresentavam problemas de ordem social e ambiental. O bloco 31 encontrava-se no Parque de Yasuní, uma das áreas de maior biodiversidade do mundo, além de ser residência de povos indígenas. Mesmo diante de tais fatos, a Petrobras optou por levar adiante a exploração no bloco 31. (LUCE, 2008, p.69).

Figura 5 - Parque de Yasuni - Bloco 31



Fonte: Servindi (Comunicación intercultural para um mundo más humano y diverso), 2010.

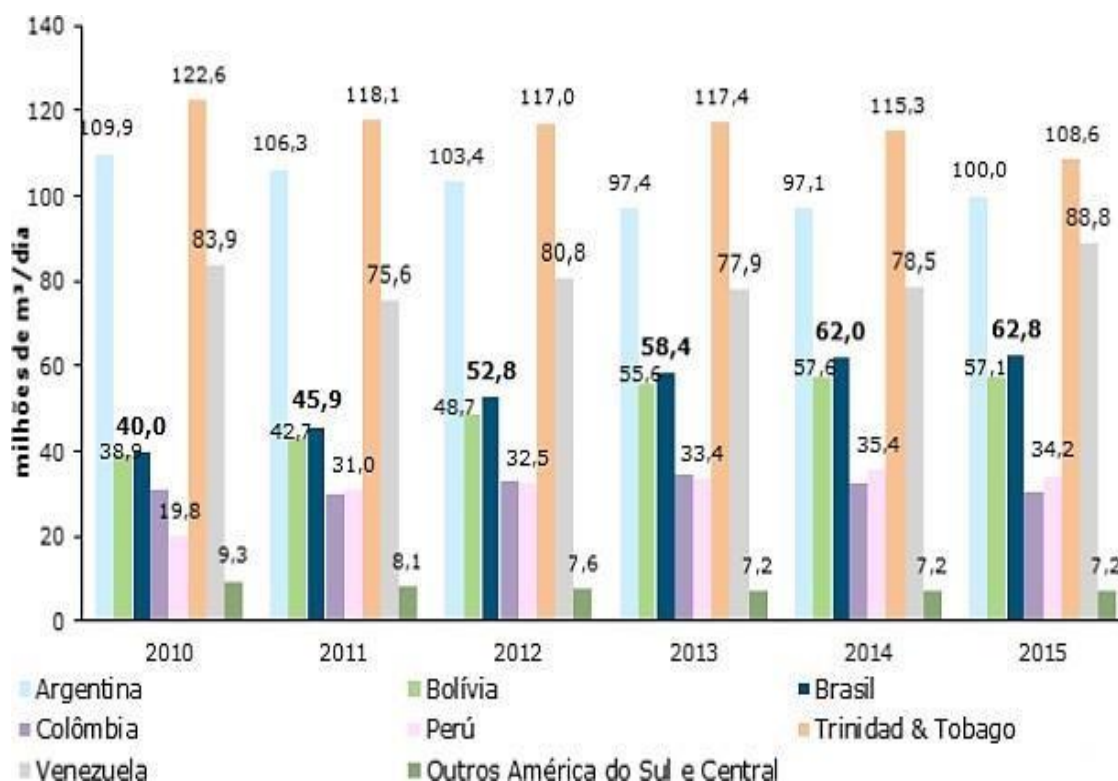
Figura 6 - Reservas provadas de petróleo bruto em barris (bbl) na América Latina



Fonte: Cia World Factbook, 2018.

Na figura 6 apresenta-se as reservas provadas de petróleo bruto em barris na América Latina, tendo a Venezuela uma maior quantidade do recurso. Já Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai possuem menor quantidade.

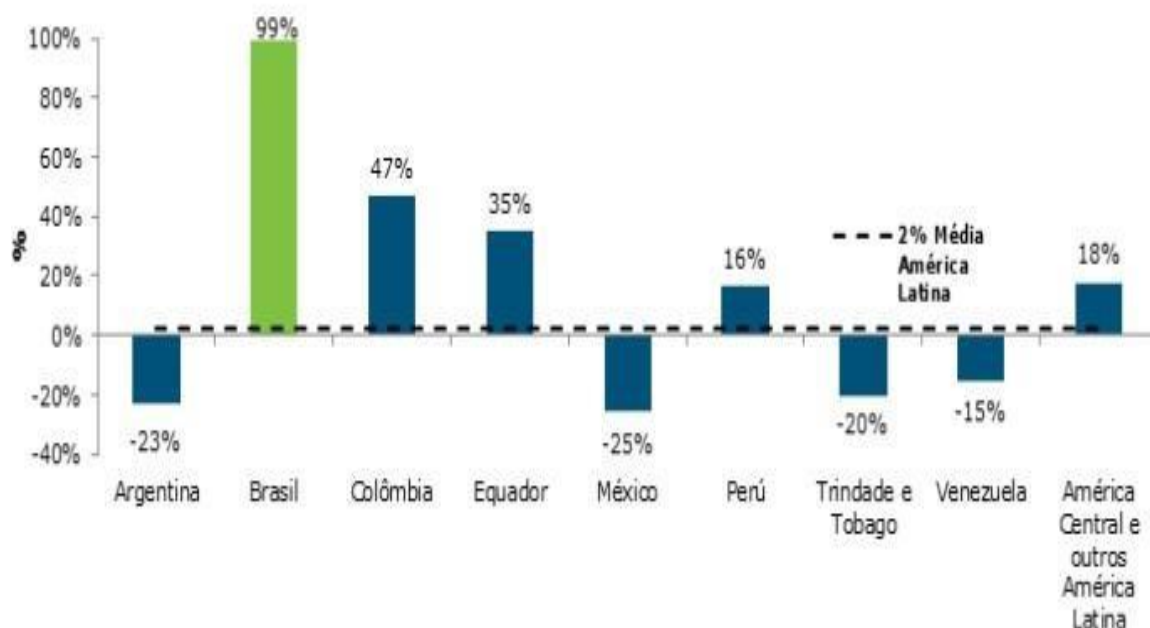
Figura 7 - Evolução da produção de gás natural na América Latina



Fonte: IBP (Instituto brasileiro de petróleo, gás e biocombustíveis), 2016.

A figura 7 demonstra um aumento da produção de gás natural no Brasil, passando de 40,0 em 2010 para 62,8 em 2015. A Argentina obteve uma pequena diminuição de 109,9 passou sua produção para 100,00. Colômbia obteve aumento passando de 19,8 para 34,2. A Bolívia obteve aumento passando de 38,9 para 57,1. Trindade e Tobago são os maiores produtores com a marca de 108,6, porém obteve diminuição entre 2010 e 2015. O Peru obteve aumento, de 19,8

Figura 8 - Crescimento da produção de petróleo na América Latina 2000-2015



Fonte: IBP (Instituto brasileiro de petróleo, gás e biocombustíveis), 2016.

Como pode-se observar na Figura 4 o Brasil entre 2001 a 2015 foi o país que mais cresceu em termos de produção de petróleo em relação ao restante da América Latina. Tal fato deve-se a atuação em larga escala da Petrobras.

### 3. EXPLORAÇÃO NA HISTÓRIA BOLIVIANA

Em geral os povos da América Latina carregam o legado de uma história de “conquistadores” que pretendiam sobretudo o ouro e as muitas riquezas do “novo mundo”. Em seu “novo mundo” estabeleceram a regra autoritária da elite, que era a forma de governo em seus países. Índios nos países ocidentais e negros nas costas da Caraíbas e do Atlântico, serviam como bestas de carga nas plantações e nas fazendas rochosas. Em suma, estavam economicamente muito próximos das possessões europeias na África e na Ásia. (KENNEDY, 1968)

Após a Guerra da independência da América Latina (1809-1825), a elite crioula branca deteve o controle do Estado. O Governo de Simon Bolívar aboliu a “servidão e escravidão” mas impôs o chamado “voto qualificado”. Um dos artigos da Constituição de 1826 bolivariana declarou que só poderia votar quem soubesse ler, escrever e possuísse uma renda. Em função disto, os povos indígenas foram impedidos de atingir a cidadania plena. Além disto, os colonizadores espanhóis haviam realizado um processo de “civilização” da população, pois suas formas coletivas de posse da terra e adesão a um plano não-cumulativo e economia de subsistência pareciam um obstáculo ao progresso nacional em comparação as realizações de nações industrializadas mais ricas da Europa. Desta forma, no século XIX o Estado Republicano aboliu os *ayllus* (MESA 2003; DATTA, 2011). Em relação a este fato Chiavenato (1981) complementa:

A sociedade boliviana só mudou radicalmente a partir de 1867, quando são destruídas as onze mil comunidades indígenas. Até então desde a chegada de Pizarro, a estrutura socioeconômica básica em torno dos *ayllus* (comunidades agrárias evoluídas a partir de um grupo familiar) sofreu mudanças formais, adaptações e aperfeiçoamento no sistema de opressão das classes dominantes. Manteve-se durante trezentos e trinta e quatro anos (1533 e 1867) a coesão das comunidades agrárias, que fortaleceu o Estado. A República, paradoxalmente, por entender bem isso e pretender fortalecer mais o *ayllu* (...) provocou a reação dos grandes latifundiários, e consequentemente a destruição das comunidades agrárias. (CHIAVENATO 1981, p.47).

No que concerne o fato, Camargo (2006) aponta que a “pax liberal” que se seguiu a derrote de Zárate Willka consolidou a vitória da visão segregacionista no desenvolvimento da Bolívia, embasada na concepção etnocêntrica e racista de que os indígenas constituíam empecilho ao avanço do país. Em consequência desse raciocínio a evolução harmônica da sociedade boliviana foi comprometida, pois implicou, por um lado no estabelecimento de uma política sistemática de exclusão e por outro na espoliação econômica dos setores indígenas e

mestiços. Tal panorama configura a construção alienada da sociedade isolada da realidade étnica, histórica e geográfica no país.

Desta forma, em 1854 já estava em curso a destruição das comunidades, metade dos índios não tinha terra e a outra metade que ainda permanecia nas comunidades eram ameaçados pelos funcionários do governo. Com a destruição das comunidades restou pouco a ser feito pelos indígenas, pois em sua trajetória foram tão oprimidos que seu universo não passava do *ayllu*. Ou seja, a resistência do povo era quase impossível quando se destruía sua única fonte de organização social: as comunidades. Neste sentido, Chiavenato traz uma visão de como o índio era visto na sociedade:

O índio e o cholo sub-humanos, animais semoventes que apenas serviam para trabalhar e morrer, oprimidos tanto cultural como economicamente, sofriam a experiência traumática das batalhas, morriam sem saber porquê. Incapazes, inertes e letárgicos no pré-guerra para perceberem as mensagens que lhes eram endereçadas, agora acordavam despedaçando-se em sangue, morrendo aos milhares... assistindo nos campos de batalha a reprodução do sistema social que os oprimia, multiplicado em sua maioria pela covardia e pelos privilégios militares dos brancos que garantiam sua sobrevivência mandando milhares de índios jogarem-se aos canhões paraguaios para a morte certa. Estava nascendo a revolução de 1952. CHIAVENATO (1981) p.96.

Em função desta corrente de exploração do povo indígena, que compõe a maioria da população boliviana, seu histórico político desenvolveu-se em torno de correntes e disputas ideológicas. Neste sentido, Chiavenato (1981 p.96) elucida que o que caracteriza a política boliviana é a folclórica sequência de golpes e contragolpes e sua consequente carga violenta. A instabilidade política reflete nas ações dos partidos políticos e correntes ideológicas, manipuladas pelas oligarquias na maior parte das vezes. Até 1920 o que caracterizava essas diferenças ideológicas era a valorização dos grandes líderes, que estavam divididos entre as duas tradicionais correntes: liberais e conservadores. A partir de 1920 começaram a surgir vários partidos e importantes diferenças ideológicas.

### 3.1 O NACIONALISMO BOLIVIANO

O conhecimento do petróleo para os bolivianos vem desde os incas que habitaram o Alto Peru e registraram sua ocorrência antes da chegada de Pizzaro. Sob a administração espanhola o conhecimento perdeu-se e foi apenas em 1896 que Manuel Celler descobriu acidentalmente o primeiro manancial de petróleo em Mandiyuti. Ressaltando que, a Bolívia possui pequenas reservas de petróleo, porém detém a segunda maior reserva de gás natural da



América Latina. Desta forma, na história boliviana, além de todas as raízes da exploração, existem acontecimentos que marcaram a perpetuação e ondas de nacionalismo no país em função destes recursos. (CARRA, 2006)

A Guerra do Chaco é um substancial elemento de análise para que se possa compreender o nacionalismo boliviano. A presença da Standard Oil começa com a Richmond Levering Copmany, que em 1920 obteve a concessão de 1 milhão de hectares para pesquisar petróleo e o caixeiro-viajante do imperialismo mundial, Spruille Braden, que formou uma empresa com o mesmo fim para pesquisar. Após confirmação da existência de petróleo na área, a Standard Oil comprou as duas empresas e iniciou sua trajetória na Bolívia. Para que a empresa começasse a perfurar precisou ser realizada uma mudança completa na lei de proteção ao subsolo na Bolívia. (CARRA, 2006)

O novo código demonstrou inicialmente o imperialismo da Standard Oil que dispões em lei que a partir de 1921 nenhuma empresa – exceto a Standard – poderia explorar uma área maior que 100 mil hectares. Tal fato foi um dos motivos que induziram a Guerra do Petróleo. Na mesma época, a grande indústria automobilística boliviana crescia, e automaticamente o consumo de gasolina aumentava. Obviamente, a Bolívia não consumia o Petróleo produzido pela Standard, a grande maioria era exportado. Por outro lado, havia a Royal Dutch Shell empresa britânica que também pretendia instalar-se na Bolívia. Em função da lei estabelecida pela Standart a Royal dificilmente conseguiria adentrar o país. (CHIAVENATO 1981).

Logo, surgiria um problema técnico, como escoar os hidrocarbonetos bolivianos? A solução<sup>9</sup> menos problemática era um oleoduto cortando o Gran Chaco ligando os campos ao Rio Paraguai, mas a Bolívia não aceitou as exigências de passagem do governo paraguaio. Agravando a situação a Royal Dutch Shell dominava as regiões meridionais do Chaco impedindo sua passagem. Desta forma, iniciou-se o embate entre as duas petrolíferas. Entre os desdobramentos do caso ambos os imperialismos alimentavam intrigas sobre o território do Chaco, local que apresentava antigas incertezas sobre sua posse, desta forma, Huey Pierce Long denunciou no Senado em maio de 1934: (CHIAVENATO 1981, p 67). (CARRA, 2006).

*“como sucede habitualmente, são hoje as forças da finança imperialista as responsáveis pela guerra entra Bolívia e o Paraguai. (...) Tenho ante meus olhos um*

<sup>9</sup> A saída pelo porto de Arica (Chile) só seria possível caso as relações entre os dois países fossem normalizadas, e mesmo que fossem seria necessário construir um oleoduto de 1.482 km cruzando a Cordilheira dos Andes a uma altitude de 3.600 m, porém o frio que chegava a -40 poderia congelar o óleo ou romper o duto. O Transporte pelo Rio Paraguai também era inviável já que só poderia ser realizado em períodos de cheias (entre abril e agosto). (CARRA, 2006. p.103)

*breve memorando que mostra o significado da presente guerra entre o Paraguai e a Bolívia. Só ultimamente se praticou uma exploração considerável de petróleo no que se conhece por “área do Chaco” no Paraguai. (CHIAVENATO apud HUEY PIERC LONG, 1934, p.67)*

Os resultados do conflito foram desastrosos para os dois países. O Paraguai ganhou a guerra e os poços de petróleo da Standard Oil mas perdeu 43.000 soldados e contraiu uma dívida de US\$ 140 milhões. A Bolívia perdeu 57.000 soldados, uma área de 235.000 km<sup>2</sup> e a saída para o Rio Paraguai em definitivo. (CARRA, 2006)

Em 21 de novembro de 1936 os bolivianos realizaram a primeira nacionalização dos hidrocarbonetos, o governo do General David Toro determinava que todas as concessões petrolíferas expirariam em 13 de março de 1937, desta forma, todos os ativos da Standard Oil passariam sem indenização para o controle da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Para justificar o ato ocorreram acusações de que a Standard Oil havia realizado evasão fiscal, fraude contábil, contrabando de petróleo e ingerência na política local. Entretanto, utilizando-se de sua influência política junto ao Departamento do Estado a petrolífera conseguiu cobrar uma indenização no valor de US\$ 21,233 milhões em 1942. (CARRA, 2006)

Apenas nos anos 50 as petrolíferas norte-americanas voltaram a operar na Bolívia. Assim em 1953 o governo Paz Estenssoro deu uma concessão de 200.00km<sup>2</sup> em troca de uma ajuda de US\$ 22 milhões na época. Consolidando o domínio das petrolíferas norte-americanas em 1956 promulgou-se o novo “Código del Petróleo” mais conhecido como “Código Davenport” devido ao fato de ter sido redigido em New York pelo advogado Henry Holland. O código determinava que as empresas seriam taxadas em 18% podendo reter 82%, dos lucros, (aparentemente as mesmas percentagens fixadas no Decreto Supremo 1.689 que privatizou o setor em 1996). Os interesses americanos eram defendidos pelo artigo 21 do código, que proibia a atuação de empresas estatais e paraestatais na Bolívia. O alvo possivelmente era impedir a atuação da recém-nascida Petrobrás e a YPF. (CARRA, 2006)

Em função do problema de escoamento dos hidrocarbonetos aos poucos as empresas norte-americanas foram se esvaindo, restando a Gulf Oil Comp que possuía interesses no gás natural. Através de estudos a empresa descobriu campos de gás importantes como os de Caranda e Colpa, e como a YPFB não tinha condições de explora-los acabou os entregando a Gulf. Desta forma, a segunda tentativa de nacionalização pelo governo boliviano ocorreu em 1969 contra a Gulf, após o golpe ao General Alfredo Ovando Candia (1969/70). A Gulf reagiu conseguindo com que o governo dos EUA retaliasse a Bolívia através do bloqueio

de exportações, retenção de equipamentos, suspensão de desembolsos do Banco Mundial, A pressão fez com que a Bolívia tivesse que pagar uma indenização que na época totalizava US\$ 78 milhões. (CARRA, 2006).

### 3.2 PROJETO NEOLIBERAL NA BOLÍVIA

Marcada pela instabilidade política até 1985 a situação econômica da Bolívia era caótica e para resolver o problema o governo de Paz Estenssoro adotou a política neoliberal buscando sanear o setor público: minas foram privatizadas, fim da estabilidade do emprego, livre negociação salarial, fim do tabelamento de juros e preço, livre flutuação da moeda e outras medidas do plano. O Consenso de Washington inspirou o governo Gonzalo Sánchez de Lozada (1993/2001) a aprofundar o processo privatizante, desta forma, foi privatizado todo o setor de hidrocarbonetos, entretanto a YPFB sobreviveu como agente estatal, sendo uma empresa mista. (CARRA, 2006)

Neste contexto, ressalta-se que historicamente o projeto neoliberal trouxe malefícios para a classe trabalhadora boliviana. Devido ao processo de privatização da (COMIBOL) Corporação Mineira Da Bolívia, tiveram que ocorrer ajustes internos na empresa que resultaram na demissão de 20 mil mineiros e no fechamento de muitas minas. Em função do projeto neoliberal também foi dado início a flexibilização das relações de trabalho através do processo de terceirizações e da implantação de contratos de trabalho temporários. Tais fatos tiveram grande influência no que futuramente poderia acontecer, ou seja, uma revolta do povo boliviano. Desta forma, no início dos anos 2000, intensificaram-se os movimentos sociais bolivianos que resistiam aos ajustes da política neoliberal.

Nessa perspectiva, aponta-se que a posição privilegiada do Brasil na Bolívia também fez com que fosse gerado um sentimento de injustiça da parte boliviana. No que concerne à exportação de gás ao Brasil, a Petrobras exerce uma dupla função, como vendedora (na Bolívia) e como compradora (no Brasil). Essa posição favorecida vem fazendo peso na atuação do Brasil, em relação às negociações, desde as negociações de contratos anteriores a queda do governo Mesa. Aponta-se também que, em mais de um século de empresas transnacionais, é de extrema dificuldade encontrar algum caso semelhante a colossal influência economia, política e social que a Petrobras exerce na Bolívia. O parecer que se pode obter é de que, apesar da relação de interdependência energética entre os dois países, os custos de um corte nesse relacionamento seriam muito mais elevados para a Bolívia do que para o Brasil,

ou seja, a Bolívia necessita muito mais. Dos investimentos brasileiros do que o Brasil necessita da Bolívia. Tais fatos combinados a história de pilhagem colonial e imperialista do país contribuíram para produzir uma sede de revolta, ou seja, a nacionalização do petróleo na Bolívia trata-se de uma postura política orientada para a afirmação dos interesses bolivianos. (FUSER, 2011)

Outro acontecimento importante que caracterizou as mazelas a população boliviana foi a Guerra da Água ocorrida em abril de 2000 onde mais uma vez configurou-se o imperialismo e o neoliberalismo no país. O fato ocorreu quando a empresa de fornecimento de água (consórcio entre a empresa norte-americana Bechtel Holdings e dois sócios bolivianos) ganhou um consórcio e se tornou a companhia privada de fornecimento de água do país, tal fato acarretou no aumento súbito de taxas, fato que foi altamente prejudicial para a população. Tal acontecimento culminou na realização de movimentos nacionalistas que desencadearam na saída da multinacional do país, dando ampla vitória para a “Coordinadora del Agua”, a organização formada por protestos populares contra o consórcio. (CAMARGO, 2006)

Entre 2000 e 2001, uma vez ganha a “guerra da água” pela população boliviana, produziu-se uma série de bloqueios que acionaram uma grande máquina comunitária que terminaria por derrubar o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. (SIERRA, SUBERCASEAUX, 2008). As autoras citam um pouco do que ocorreu de fato naquele momento:

*Los hechos se fueron desencadenando con verdadera ferocidad. La desobediencia civil y la decisión de los ciudadanos de hacer respetar sus demandas no encontró barreras. Huelgas, paros, bloqueos. En el año 2002, cuenta Evo, estuvieron cuatro semanas bloqueando los caminos y él se pregunta ahora cómo resistieron tanto tiempo. – Los primeros días, en Villa Tunari, que era mi centro de operaciones, algunos hoteleros cocinaban y nos daban comida, nos atendían. Nos todos los hoteleros eran malos, pero la tercera y la cuarta semana los hoteleros ya no tenían para comer y entonces nos llevaban plátanos desde Eterazama, Villa 14 de septiembre, plátanos, yuca, para que los hoteleros pudieran cocinar. (SIERRA, SUBERCASEAUX, 2008, p. 3)*

A partir desta perspectiva, o sentimento de nacionalismo perpetuou-se pela população boliviana, fazendo com que a maioria das tentativas de atuação de empresas estrangeiras no território boliviano fossem fortemente criticadas e vistas como maléficas para a população, fato que não deixa de ser verídico.

A experiência de deliberação e organização coletiva do povo mobilizado em Cochabamba marca o início de um processo de ressignificação da política. A Guerra da água é também uma importante referência de politização dos espaços cotidianos, a partir da certeza vivida pela

população mobilizada de que é possível fazer política em momentos de ampla deliberação coletiva. Também cabe destacar a importância da argumentação coletiva, visto que foi possível um diálogo horizontal que revaloriza a capacidade dos cidadãos de tomar decisões e verem os efeitos através de mecanismos que permitiram a disseminação da informação e transparência no processo de negociação com o governo.

Seguindo a linha cronológica dos eventos influenciados pelo neoliberalismo que desencadearam o nacionalismo, pode-se citar a “Guerra del gas”. Entre 2000 e 2003 uma rede de ativistas sociais, independentes ligados por organizações comunitárias e corporativas se movimentaram de uma forma eficaz difundindo informações que criticavam a maneira ineficiente de como era realizada a gestão dos recursos naturais (água, gás, petróleo, minerais, etc.). Todo o trabalho realizado pelos líderes desses grupos, intelectuais e organizações sociais juntamente com a memória negativa relacionada a desapropriação marítima sofrida pelo país, fez com que a exportação de gás para o Chile (que apresentava condições pouco claras e adversas para a Bolívia) tivesse uma repercussão negativa. Assim, as forças movidas tiveram um avanço descomunal que acabou gerando a Guerra do gás. Na medida em que a repressão se tornava mais violenta, inclusive com massacres, as forças opositoras também não mediam esforços para reprimir, as mesmas possuíam duas exigências: I) a renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada e II) a convocação de uma assembleia constituinte que reconduzisse a política boliviana. (SVAMPA; STEFANONI 2010).

Em função deste movimento, ocorreu a sucessão presidencial, deixando o governo da Bolívia nas mãos de Carlos Mesa (Vice-presidente de Lozada), entretanto, o cenário parlamentar se configurava naquele momento como um epicentro de conflitos e irritação social pois havia uma tentativa de reconfiguração de poder dos partidos políticos, neste sentido as autoras apontam que:

*La ruptura entre el obsoleto sistema de representaciones y las expectativas de los movimientos sociales provocó un sentimiento de insuficiencia e inconclusión del proceso, dando lugar a un nuevo ciclo de movilizaciones en mayo-junio de 2005 (...) Por su parte, las organizaciones sociales iban más allá de un proceso de renovación e ampliación de las elites políticas. Además de una reforma del ordenamiento político, exigían una transformación del modelo económico. Las medidas capitalizadoras habían enajenado el control de la explotación de los recursos naturales y de los económicos que estos reportaban. (SVAMPA; STEFANONI 2007, p.64).*

Neste sentido, este era o histórico que antecedia a posse de Evo Morales, uma Bolívia tomada por movimentos sociais e que requeriam uma política que os representassem. Desta forma, fica mais claro o entendimento a respeito do decreto da nacionalização.

#### 4. O INÍCIO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Na relação Brasil-Bolívia vale ressaltar os acordos realizados no âmbito dos recursos energéticos. Em 1938 foi realizado o Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, que visava estreitar as relações econômicas entre os Países e estabelecer uma mútua cooperação, com recíproco benefício do comércio de petróleo. Seus principais pontos eram os estudos topográficos e geológicos para estimar as jazidas bolivianas. (DUARTE, SARAIVA, BONÉ, 2008)

Tal relação possui embasamento na integração sul-americana, política externa proferida pelo Brasil desde 1990. O formato desta política só foi possível devido ao fracasso da ALCA<sup>10</sup> (Área de Livre Comércio das Américas) projeto desenvolvido pelo governo americano nos anos 90. Após o fim da ALCA o governo do então presidente Lula pode atuar com eficácia para fortalecer o MERCOSUL. Através desta política o governo atuou de forma com que se exercesse-se o multilateralismo e protagonismo brasileiro até então inéditos na história (VIANNA, 2010).

O alicerce da relação Brasil-Bolívia deu-se com a assinatura de um acordo bilateral em março de 1993 para a compra de gás natural boliviano através de um gasoduto. Já no que diz respeito a exploração e produção de Petróleo teve como marco expressivo a criação da empresa Petrobras Bolívia, sendo um dos pilares da privação da economia boliviana. No momento inicial as intenções brasileiras eram fortalecer o Mercosul (Mercado Comum do Sul) com uma aproximação com a Bolívia, Peru e Chile. Enfatiza-se que o gás foi de extrema importância para a consolidação da relação econômica entre Brasil e Bolívia. (VIANNA, 2010; FUSER 2011).

Baptista e Pigatto (2015) reforçam as afirmações acima apontando que a partir dos anos 2000 a Bolívia começou a exportar gás natural para o Brasil. Paralelamente iniciaram-se negociações entre ambos países para avançar em uma maior integração comercial e econômica que incluía a venda de eletricidade produzida a partir do gás boliviano e o aproveitamento de rios fronteiriços para uma produção conjunta de hidroeletricidade. Conforme os autores citam, os investimentos da Petrobras da Bolívia não foram apenas

---

<sup>10</sup> Acordo de livre comércio que incluiria o Mercosul, o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e os demais países das Américas, análogo ao que está sendo negociado entre Mercosul e União Europeia, particularmente voltado para a liberalização comercial. (VIGEVANI, MARIANO, MARIANO 2007 p. 5)

através da construção do gasoduto, mas também pela aquisição de duas refinarias da empresa YPFB, no ano de 1999, em um processo de privatização.

Neste sentido, Carra (2006) aponta que:

A escalada dos investimentos e da presença da Petrobras na Bolívia foram concomitantes ao processo de privatização dos ativos da estatal boliviana YPFB (iniciado em 1996) e à construção do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que entrou em operação em 1999. Até 2006, a Petrobras importou gás boliviano abaixo dos preços de mercado e pagou royalties também considerados baixos. Essa expansão acentuada das atividades da companhia brasileira na região contaram com o concurso da ação do Estado. (CARRA 2008, p.71).

No que concerne os acordos firmados entre 1996 e 1999 pode-se citar a isenção dos impostos relativos à implementação do projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), tal acordo firmava a isenção de impostos o transporte de máquinas, equipamentos e pessoas. Também cita-se o contrato de construção e montagem do gasoduto firmado em 1977 que acordava sobre o início da construção do gasoduto. E como citado anteriormente a compra das ações das refinarias bolivianas durante o processo de privatização.

#### 4.1 O GASODUTO

O projeto do gasoduto já existia há bastante tempo, porém em função dos elevados investimentos não era economicamente viável. Durante o período de negociações a Bolívia chegou a firmar contrato de exportação de gás para a Argentina, porém como a Argentina tornou-se autossuficiente com o aumento significativo das reservas, o Brasil acabou aparecendo como principal mercado consumidor do gás boliviano. (DUARTE, SARAIVA, BONÉ, 2008)

A importação do gás boliviano apresentou-se como a melhor opção para aumentar a oferta de gás no Brasil, sendo considerada também a possibilidade de integração futura com os campos produtores de gás da Argentina e do Peru. (DUARTE, SARAIVA, BONÉ, 2008)

Desta forma, o Gasoduto Bolívia-Brasil teve seu marco inicial na Carta de Intenções Sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil, assinada em 17 de fevereiro de 1993. Em tese, o contrato entraria em vigor em 1993, porém, em função da necessidade de concessões de empréstimos e financiamentos para que o projeto pudesse ser realizado foram necessárias diversas alterações e somente em 1997 foram assinados os contratos de construção e montagem do gasoduto. O projeto tinha como base a compra e venda entre YPFB e Petrobras, no qual a YPFB comprometeu-se a vender, e a Petrobras a

comprar. Desta forma, para a construção e a operação do gasoduto foram constituídas duas companhias: a Gás Transboliviano S/A, e outra brasileira, a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A. No processo também se envolveram empresas estrangeiras e Bancos internacionais de investimentos. Todo o processo necessitou de um investimento de US\$ 2 bilhões, sendo que somente 1/8 desse valor foi investido na Bolívia. (DUARTE, SARAIVA, BONÉ, 2008).

O gasoduto com 3.150 km interliga os mercados de sete estados brasileiros (MS, SP, MG, RJ, PR, SC E RS) (DUARTE, SARAIVA, BONÉ, 2008).

## 4.2 ATUAÇÃO DA PETROBRAS EM TERRITÓRIO BOLIVIANO

Pode-se dizer que o crescimento dos investimentos da Petrobras na Bolívia também está diretamente ligado a aplicação do modelo neoliberal <sup>11</sup>naquele país. Tal fato teve início em função da pressão externa sob os mercados nacionais a partir da década de 80. Os países latino-americanos sentiram a necessidade de adaptar-se a um novo ambiente internacional, extremamente mais competitivo. A carência de um modelo político-econômico que pudesse substituir o defasado modelo substitutivo de importações, acabaram fazendo com que na década de 90 houvesse uma grande abertura de suas economias. (VIANNA 2010)

Nessa perspectiva, Fuser traz uma contribuição:

As políticas Neoliberais transformaram radicalmente a economia dos hidrocarbonetos na Bolívia. No período que se estende a decretação da NPE, em 1985, até 1997, o ano do início da construção do Gasbol, o setor de gás natural e petróleo se liberalizou em escala crescente, com o aumento de incentivos à entrada das empresas estrangeiras e a gradual redução da presença do Estado nas atividades produtivas, até a quase completa substituição da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia (YPFB) por empresas privadas, todas elas estrangeiras. (FUSER, 2011 P.118).

Nos anos de 1999 a 2003 a Petrobras tornou-se ligeiramente a maior empresa com atuação no país, correspondendo a 20% do PIB boliviano, para a obtenção desses resultados foi necessária a construção do gasoduto, como tratado no tópico anterior, ao mesmo tempo em que começou ações de exploração e produção na Bolívia. A partir destas iniciativas passou a

---

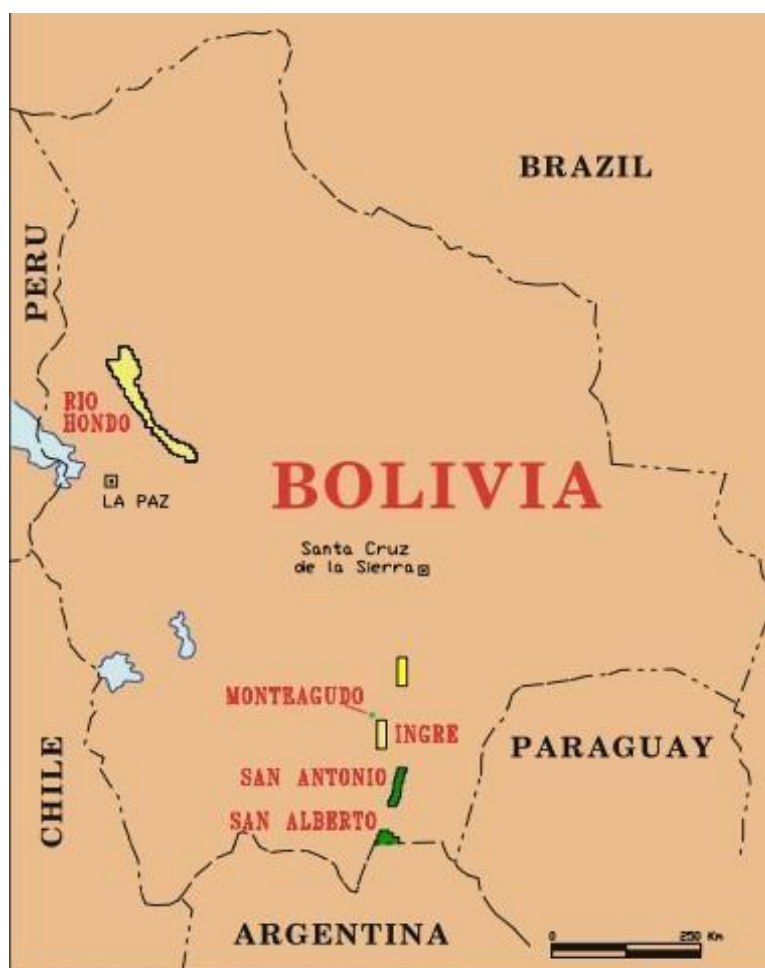
<sup>11</sup> As políticas neoliberais foram aprofundadas durante os governos boliviano dos anos 1990, sobretudo no governo de Gonzalo Sanches de Lozada (1993-1997). Tais medidas tornaram possíveis a exploração estrangeira, através de empresas multinacionais. (VIANNA, 2010, p.223).



operar em toda a cadeia produtiva e comercial do gás (exploração, produção, comercialização, transporte por dutos, processamento e refino).

Desta forma, a Petrobras era responsável pela operação das refinarias Gualberto Vilaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, por intermédio da sua controlada no país, a Petrobras Bolívia Refinación S/A (PBR). A empresa atendia à totalidade da demanda da Bolívia de gasolina especial e *premium*, além da gasolina de aviação e querosene, sendo responsável também por mais de 60% da demanda de óleo diesel. Até dezembro de 2006, a Petrobras continuou responsável pelas operações dos blocos de San Alberto, San Antonio, Rio Hondo, Ingre e Irenda. (DUARTE, SARAIVA, BONÉ 2008).

Figura 9 - Áreas de atuação da Petrobras na Bolívia



Fonte: Petrobras, YPFB, 2006.

Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil trouxe em discurso na comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, no dia 9 de maio de 2006, relatos sobre o investimento da Petrobras na Bolívia:

A Petrobras investiu ao todo cerca de um bilhão na Bolívia. Mais ou menos um bilhão. (...) sendo que os ativos são da ordem de 390 milhões. Desse um bilhão, 920 milhões de dólares, portanto 92%, foram investidos entre 1996 e 2002. E apenas 100 milhões foram investidos entre 2003 e 2005. Eu acho que isso é muito importante para mostrar como a Petrobras, neste Governo, agiu com prudência. Apesar de toda a nossa aproximação com a América do Sul, apesar de todo o nosso esforço... e há várias obras ocorrendo na Bolívia, algumas ainda ocorrendo com financiamentos do BNDES ou do PROEX, outras até sem financiamento do BNDES ou do PROEX, mas com o envolvimento de empresas nacionais. **Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil-Bolívia, 09 de maio de 2006.**

Para Vianna (2010) o exacerbado investimento e atuação brasileira em território boliviano elucida uma ação subimperialista por parte da parte da Petrobras. Ainda menciona-se que a empresa brasileira foi claramente beneficiada pelas políticas de privatização estatal boliviana, durante o governo de Gonzalo Sanches De Lozada, período em que realizou pesados investimentos no setor de hidrocarbonetos. No mais, o esquema neoliberal era totalmente funcional aos interesses da Petrobras e da indústria brasileira em geral. A Petrobras era parte integrante do modelo político econômico neoliberal implantado na Bolívia e possuía condições fiscais extremamente vantajosas e com o controle dos dois maiores campos de gás natural boliviano. (VIANNA, 2010; FUSER 2014).

Neste contexto, Baptista e Pigatto (2015) trazem a contribuição de Chavez (2009):

Através de entrevistas realizadas com representantes de empresas brasileiras na Bolívia constatou que o governo de Hugo Banger em 2002, iniciou questionamentos a respeito dos benefícios ou prejuízos que os investimentos externos estariam trazendo a sociedade boliviana. A partir daquele momento começaram a haver inquietações por parte do governo brasileiro sobre a real relação de cooperação com a Bolívia. No que diz respeito a Petrobras, as desconfiças começaram quando o governo boliviano anunciou que as decisões sobre o projeto deveriam ser aprovadas pela sociedade boliviana. (BAPTISTA E PIGATTO, 2015 apud CHAVEZ. 2009, p 6).

Consolidando a interdependência entre os dois países, reforça-se a dependência brasileira em relação ao gás natural importado da Bolívia. O autor ressalta que o Brasil importou em 2005, cerca de 50% da demanda diária de gás. Em consequência, a dependência de um grande fornecedor aumenta a probabilidade de que ocorra um corte no fornecimento, gerando graves consequências para o país dependente. Ainda que a interrupção ocorresse por acidentes, fenômenos naturais ou atentados terroristas, por exemplo, tal corte geraria graves consequências econômicas, sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2007). Percebe-se, neste sentido,

a extrema dependência Brasileira em relação a importação de gás da Bolívia, fazendo com que as relações entre os países sejam de extrema importância para ambos os países.

A partir daí inicia-se a trajetória até a nacionalização do petróleo na Bolívia. Neste sentido, a Petrobras e o corpo diplomático brasileiro apresentavam plenas convicções em relação ao modelo neoliberal implantado na Bolívia, subestimando os sinais que vinham sendo emitidos, como por exemplo, a deterioração da democracia pactuada<sup>12</sup>, fato que ocorreu desde 1985. O governo brasileiro através da Petrobrás, ignorou as críticas e apostou em um regime fiscal claramente desfavorável aos interesses nacionais bolivianos. Neste caso, sendo a Bolívia um país com uma alta complexidade, cada manifestação deveria ser decifrada, visto que tais manifestações constantemente impactam nas empresas estrangeiras lá instaladas. (FUSER 2014; BAPTISTA E PIGATTO 2015).

#### 4.3 O GOVERNO LULA E A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA FRENTE À PETROBRAS

Após o fim da Guerra Fria (1947-1991) iniciou-se em âmbito global um movimento dos países com intuito de promover uma integração mundial, e também regional. Em função da força do capitalismo exercida após o encerramento da guerra, da concentração de mercado e dos meios de produção, as integrações tornaram-se uma alternativa para encontrar um lugar no sistema internacional. Desta forma, os países da América Latina também aderiram ao movimento de integração, fato que resultou na criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, no início dos anos 90, e da Comunidade Sul-americana de Nações, CASA, já no Governo Lula. Neste sentido, os ideais econômicos e políticos fundamentaram a evolução da CASA, uma vez que os Estados pautam suas políticas visando uma melhor inserção no mundo por meio de incentivo das trocas comerciais. (GOMES, 2007) (COSTA, 2008).

Devido ao capitalismo em conjunto com a industrialização, a relação mútua entre crescimento e desenvolvimento torna-se uma premissa básica dentro desses blocos regionais. Neste sentido, é importante salientar os organismos criados para que ocorresse tal processo

---

<sup>12</sup> A instauração do ciclo da “democracia pactuada” se expressou na rotação contínua do poder durante 18 anos, monopolizado por três partidos [...], permitiu a reprodução de cinco gestões de governo que, apesar dos seus matizes, operaram sob a mesma lógica neoliberal com o foco na transferência de competências do setor público ao privado (QUINTANA TABORGA (2005, p.7).

integrador na América Latina. A partir do século XX estes mecanismos tentaram aproximar a região caribenha e sul americana, entre elas estão a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), o INTAL (Instituto para Integração da América – Latina e Caribe), a IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), e sem dúvidas o MERCOSUL.

No entanto, este movimento é amplamente impulsionado com a entrada do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, no Brasil. Segundo Costa (2014) a característica deste novo ciclo de integração possui muita identidade com a forma estratégica de ação da Petrobrás no caso boliviano, como está sendo visto. Segundo Costa (2014) “A estratégia de integração do governo Lula é solidária com objetivos de médio e longo prazo, não intervencionista sem ser indiferente, objetivando o fortalecimento de sua posição regional e daí internacionalmente”.

Desta forma, o autor citado destaca que a iniciativa de Lula promoveu uma série de inovações na Política Externa do país, destacando-se uma em particular que tem similaridade com o objeto aqui estudado:

Outra significativa e fundamental inovação do governo Lula em relação a integração diz respeito ao tratamento de assimetrias, as implicações institucionais e espaciais desta distinção, bem como a afirmação da postura do país pagador (*paymaster*) adotada pelo Brasil. Do ponto de vista das assimetrias e para além de mero discurso, ressalta-se a oferta de infraestrutura via IIRSA, crédito via BNDES, e o FOCEM no âmbito do Mercosul. A política Externa brasileira em Lula redefiniu os objetivos de integração IIRSA, marginalizando os vestígios neoliberais que a carregavam, e redirecionando a ligação física “para fora” numa vertente de conexão em transporte e energias “para dentro” do próprio subcontinente sulamericano. (COSTA 2014, p.12).

Neste sentido, também pode-se dizer que a cooperação energética, assunto chave desta monografia, é um fator basilar dentro destes blocos, pois a industrialização destes países está diretamente ligada a fatores energéticos, e o caso aqui estudado é um exemplo clássico disto. Em seu primeiro discurso como presidente eleito em 2002, Lula já deixava claro que um dos principais objetivos de sua política externa estava voltado para a América Do Sul:

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social, cultural entre os países da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque. O Mercosul é um projeto nacional e como tal, uma das principais prioridades da política comercial externa brasileira. O meu governo está determinado a preservá-lo e fortalecê-lo, buscando, com os demais países membros, encontrar fórmulas para superar as atuais dificuldades e tornar os mecanismos comerciais existentes mais realistas e ajustados

às peculiaridades de todos os parceiros. **Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, no “National Press Blue” em Washington, DC.**

Contudo, uma das formas de entender essa perspectiva de integração na América Latina é analisando os discursos das pessoas as quais estavam no poder. Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores no governo Lula, deixava claro a importância e os resultados desta integração para o Brasil:

Nós frequentemente lemos críticas à política externa que vem sendo praticada pelo Presidente Lula e que, na realidade, em muitos aspectos, é um aprofundamento de outras políticas que foram seguidas antes e que se inspiram, como eu dizia, em um preceito constitucional da integração latino-americana. Muitas vezes há um debate entre o que seria ideológico e o que seria pragmático. Aliás a palavra "ideologia" tornou-se uma palavra muito desgastada porque ela recebeu uma conotação sempre pejorativa, quando na realidade, ideologia, como um conjunto de ideias, é algo que todos, naturalmente, temos que ter mesmo, de uma forma ou de outra, e, digamos, a própria integração latino-americana, não deixa de fazer parte de uma ideologia nacional, de um ideário nacional no sentido mais amplo. Mas acho importante salientar, com alguns números muito breves, como caminhou a integração sul-americana nos últimos anos. **Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil-Bolívia, 09 de maio de 2006.**

Neste trecho, Celso Amorim nitidamente refere-se às críticas sofridas pelo governo Lula em função dos investimentos e parcerias realizadas na América do Sul, muitas vezes não se ligava esses investimentos ao caráter puramente econômico, mas sim a “laços ideológicos” para com regimes estabelecidos nos governos na América do Sul, que o presidente Lula supostamente seria simpatizante. Uma das contraposições usadas para combater essa ideia de que o relacionamento Brasil-Bolívia seria movido por ideologias é o fato de que uma das primeiras visitas de trabalho que o presidente Lula recebeu em Brasília foi a do Presidente Sanchez de Lozada, que é apontado como o arauto do neoliberalismo na Bolívia.

Ou seja, afasta-se a ideia de que o governo brasileiro só se relacionaria com Governos que são de esquerda, ou governos populistas, nacionalistas, entre outros. Continuando seu discurso, Amorim traz os dados referentes ao comércio para demonstrar a importância da política de integração que vinha sendo realizada.

Então, vejamos os dados do comércio com quatro países importantes. Haveria outros, a Argentina que, provavelmente, é mais importante do que qualquer outro desses no nosso relacionamento, mas, justamente, eu estou tomando outros que são menos tradicionais para demonstrar como a integração tem tido objetivos práticos, pragmáticos, e tem trazido resultados concretos para o Brasil. Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de pouco

menos de US\$ 800 milhões, as nossas exportações apenas. Estou sempre me referindo às nossas exportações. Era de cerca de US\$ 800 milhões em 2002, e chega em 2005 a US\$ 2,2 bilhões. É um aumento absolutamente espetacular, mas não foi só com a Venezuela. Houve com a Colômbia também. Isso demonstra a pluralidade ideológica do comércio, como, aliás, tem que ser. Com a Colômbia, nossas exportações eram de US\$ 630 milhões e são hoje de US\$ 1,4 bilhões, mais do que o dobro, portanto. Com o Peru, eram US\$430 milhões e hoje são US\$932 milhões. E Chile, eram US\$1,4 bilhão, portanto, menos de US\$1,5 bilhão, e hoje são US\$ 3,6 bilhões. Isso é apenas para ilustrar. Com a Argentina, naturalmente, em 2002 era em plena crise, de modo que a comparação pode não ser exata, mas era menos de US\$ 2,5 bilhões e hoje estamos exportando perto de US\$10 bilhões para a Argentina. **Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil- Bolívia, 09 de maio de 2006.**

Incorporando os dados econômicos ao seu discurso Amorim demonstra os resultados de todo o empenho realizado pelo governo brasileiro na integração. Tais políticas de integração foram massivamente aplicadas no governo Lula, as quais estão diretamente ligadas a atuação da Petrobras na Bolívia. No que concerne à atuação do governo Lula frente a Petrobras Costa (2014) observa que:

O caso da Petrobrás com a Bolívia evidencia uma postura que privilegia o médio e longo prazos de integração, em detrimento de “interesses nacionais” imediatos. Retrata, além disto, uma postura de país pagador por parte do Governo Lula, obviamente alicerçado em boas condições de economia nacional. Apesar de revelar ainda baixa capacidade de manter este posicionamento na integração, *vis a vis* o caso da Alemanha na integração europeia, é a atitude de país pagador que nos remete a pensar no novo em termos de integração regional na Política Externa do Governo Lula, cujo discurso era de uma integração solidaria, mas não altruísta, pois que buscando objetivos de médio e longo prazo. (COSTA, 2014 p. 37)

Desta forma, como será abordado no capítulo 5, ficará evidenciada essa fala de Costa, no sentido de que o governo brasileiro agiu no caso da nacionalização exatamente buscando esses médios e longos prazos. Isso será constatado através das relações posteriores a solução nacionalização. Ou seja, no momento do atrito para muitos as atitudes do governo Lula podem não fazer sentido, entretanto, os resultados são colhidos futuramente em acordos que são essenciais para o desenvolvimento da América do Sul.

## 5. O DECRETO DA NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS

DECRETO SUPREMO Nº 28701

EVO MORALES AYMA

PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPUBLICA

*“HEROES DEL CHACO”*

CONSIDERANDO:

***Que en históricas jornadas de lucha, el pueblo ha conquistado a costa de su sangre, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarburífera vuelva a manos de la nación y sea utilizada en beneficio del país.***

*Que en el Referéndum Vinculante de 18 de julio de 2004, a través de la contundente respuesta a la pregunta 2, el pueblo ha decidido, de manera soberana, que el Estado Nacional recupere la propiedad de Todos los hidrocarburos producidos en el país.*

*Que de acuerdo a lo expresamente dispuesto en los Artículos 136, 137 y 139 de la Constitución Política del Estado, los hidrocarburos son bienes nacionales de dominio originario, directo, inalienables e imprescriptibles del Estado, razón por la que constituyen propiedad pública inviolable.*

***(...) Que el llamado proceso de capitalización y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB ha significado no sólo un grave daño económico al Estado, sino además un acto de traición a la patria al entregar a manos extranjeras el control y la dirección de un sector estratégico, vulnerando la soberanía y la dignidad nacionales.***

***Que de acuerdo a los Artículos 24 y 135 de la Constitución Política del Estado, todas las empresas establecidas en el país se consideran nacionales y están sometidas a la soberanía, leyes y autoridades de la República.***

***Que es voluntad y deber del Estado y del Gobierno Nacional, nacionalizar y recuperar la propiedad de los hidrocarburos, en aplicación a lo dispuesto por la Ley de Hidrocarburos.***

*(...) Que Bolivia ha sido el primer país del Continente en nacionalizar sus hidrocarburos, en el año 1937 a la Standar Oil Co., medida heroica, que se tomó nuevamente en el año 1969 afectando a la Gulf Oil, correspondiendo a la generación presente llevar adelante la tercera y definitiva nacionalización de su gas y su petróleo.*

***Que esta medida se inscribe en la lucha histórica de las naciones, movimientos sociales y pueblos originarios por reconquistar nuestras riquezas como base fundamental para recuperar nuestra soberanía.***

*Que por lo expuesto corresponde emitir la presente disposición, para llevar adelante la nacionalización de los recursos hidrocarburíferos del país. (BOLÍVIA, 2006).*

Após a mudança na legislação boliviana, consequentemente houve mudanças no contrato que a Petrobras havia realizado com a YPFB. Assim, no dia 28 de outubro, ao final do prazo de seis meses determinado pelo Decreto Supremo 28.701 foram anunciados os novos contratos. Com o novo contrato a Petrobras obteve garantia de operação dos principais campos fornecedores de gás natural ao Brasil, rentabilidade econômica acima de 15% (fato que trazia geração de recursos financeiros suficiente para financiar suas operações e taxa de retorno superior ao custo de capital) além disso mantinha a posição estratégica na Bolívia. (PETROBRÁS, 2006)

Já a YPFB obteve a propriedade dos hidrocarbonetos, tornou-se principal agente na comercialização e obteve maior supervisão sobre as operações petrolíferas. Entretanto, a empresa não participaria dos investimentos e custos e também receberia uma participação correspondente a um percentual variável dos ingressos. (PETROBRAS, 2006)

Após o decreto a Petrobras entrega o gás a YPFB no ponto de fiscalização, a YPFB fica responsável por transportar e vender o gás, assim, a remuneração devida é depositada diretamente na conta pelo comprador na conta da Petrobras e das outras associadas do bloco. (PETROBRAS, 2006).

O novo contrato caracterizava-se por um contrato de produção compartilhada onde a execução de todas as operações petrolíferas ficavam por conta e risco da Petrobras, o recebimento ocorria diretamente na conta da empresa, valor advindo de uma retribuição definida em função de recuperação de custos, preços, volumes e investimentos. A companhia ainda continua responsável pelos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Hondo, Ingre e Irenda com o mesmo modelo de contrato continua valendo para cada um desses blocos. A Petrobras continuou com a propriedade dos seus ativos na época. O contrato é válido por 30 anos a partir da aprovação pelo Congresso.

Tabela 2 - Diferenças nos contratos da Petrobras antes e após o Decreto Supremo 28701

| <b>Contrato de Risco Compartilhado</b>                                                                                                                                  | <b>Contrato de operação (novo)</b>                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Operador: Petrobras                                                                                                                                                     | Operador: Petrobras                                                                     |
| Comercialização:<br><ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Através da YPFB na exportação de gás para Brasil e Argentina</li> <li>✓ Direta nos outros casos</li> </ul> | Comercialização:<br><ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Através da YPFB</li> </ul> |
| Remuneração:                                                                                                                                                            | Remuneração:                                                                            |



|                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ✓ Recebimento de todos os ingressos pela Petrobras, que cobria todas as despesas e tributos                                                                                      | ✓ Recebimento pela Petrobras da sua parcela das vendas, correspondente aos custos, depreciações e lucro<br>✓ Recebimento pela YPFB das parcelas correspondentes à sua participação, impostos, gastos com transporte |
| Propriedade dos hidrocarbonetos: Petrobras.                                                                                                                                      | Propriedade dos hidrocarbonetos: YPFB                                                                                                                                                                               |
| Propriedade dos ativos: Petrobras. Transferência à YPFB no final do contrato                                                                                                     | Propriedade dos ativos:<br>✓ Existentes: Petrobras. Transferência à YPFB no final do contrato<br>✓ Futuros: Transferência à YPFB após depreciação                                                                   |
| Permitida contabilização de reservas                                                                                                                                             | Permitida contabilização de reservas                                                                                                                                                                                |
| Pagamento: totalidade dos recursos em conta da Petrobras                                                                                                                         | Pagamento: parcela dos recursos em conta da Petrobras                                                                                                                                                               |
| Fiscalização:<br>✓ Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes. Prevalecia controle de preços do petróleo no mercado interno | Fiscalização:<br>✓ Ampliação do nível de fiscalização e controle YPFB passa a aprovar plenos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios                                                              |

Fonte: Petrobras, adaptado pela autora, 2006.

A Petrobras e as outras petrolíferas que estavam instaladas decidiram por não recorrer aos tribunais internacionais em função do decreto. Apesar das concessões fiscais realizadas por ambas as partes, os interesses de todos os atores foram preservados, como pode-se observar nas cláusulas do contrato, sendo assim, os resultados das negociações foram tidos como positivos.

## 5.1 O PAPEL DE EVO MORALES NA NACIONALIZAÇÃO

Evo Morales nasceu em uma pequena estância da Marka de Urin Uqa, município de Orinoca. Sem ter possibilidades de estudar além do segundo grau emigrou no início dos

anos 80 para a região de Chapare-Chimoré, a qual era a principal produtora de coca do país. Após passar por diversos empregos, na década seguinte Morales surge como líder de uma das federações sindicais de camponeses *cocaleros* de Cochabamba. Na mesma época, descobriu sua vocação política como militante sindical e articulador de movimento, desta forma, substituiu diversas lideranças que não conseguiram se manter à frente de seus organismos em função do envolvimento com o narcotráfico. Morales, ao contrário deles, nunca apresentou indícios de envolvimento com o narcotráfico. Com sua credibilidade em elevada, em 1994 criou a “Coordinadora de Productores de Coca”, a primeira organização política dos plantadores de coca. O partido de Evo Morales obteve sucesso, sendo em 1997 eleito como deputado uninominal e já amplamente conhecido como líder da “Coordinadora” que já estava consolidada com a sigla ASP (Asamblea Soberana del Pueblo) (CAMARGO, 2006 p.202).

O partido conseguiu eleger a maioria dos prefeitos dos municípios da região do Chapare-Chimoré e número expressivo no departamento de Cochabamba. Com uma carreira política já consolidada em 2002 Morales foi vítima de manobra do governo Quiroga, supostamente articulada com a Embaixada norte-americana em La Paz, tendo o objetivo de pôr fim a sua carreira política. Acusado de quebra de decoro Morales foi expulso de forma suspeita, muito rapidamente, e com uma arbitrariedade sem fundamentos jurídicos. Evo conseguiu aproveitar o episódio para fortalecer-se. O fato serviu para ampliar o alcance eleitoral do partido, que foi rebatizado de Movimiento al Socialismo (MAS). Svampa e Stefanoni trazem uma concepção para o surgimento do partido:

*Si bien podemos afirmar que el MAS – cuya emergencia es el resultado de fenómenos contingentes surgidos de la intensa reconfiguración del movimiento popular boliviano como consecuencia de las reformas iniciadas en 1985 – es a la vez una fuerza de izquierda, indianista y nacionalista, no se trata, sin embargo, de la articulación de corrientes preexistentes en un proyecto político de aglomeración de fuerzas “progressistas”. (SVAMPA; STEFANONI 2007, p.46).*

Em 2002 o partido alcançou cerca de 20 por cento dos votos nacionais, posicionando-se em segundo lugar.

Tal fato foi uma vitória extraordinária para a esquerda no país e pela primeira vez uma organização dirigida por líder de origem indígena e camponesa obteve tamanha representatividade. Este marco concretiza-se em um cenário onde as principais legendas do país ADN, MIR, e MNR passaram a adotar discursos voltados às políticas neoliberais e abertura ao mercado internacional. Sendo assim, abriu-se um vão no cenário político onde havia a carência de um partido que defendesse um discurso mais nacionalista e representa-se

grupos marginalizados (diga-se indígenas). Desta forma, o MAS fortaleceu-se e Evo Morales atraiu para si as esperanças de uma mudança real para a população mais carente do país. (ALMEIDA, 2017).

Após a eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, o anúncio do Decreto de Nacionalização “Heróis da Guerra do Chaco” foi realizado em um evento que coincidia com as celebrações de 1º de Maio de 2006, data vinculada à tradição nacional-popular, e com a véspera de se completarem 100 dias do mandato presidencial de Morales. O presidente que já era esperado na comemoração, apareceu nas imagens de televisão ao lado das tropas do Exército e de vários de seus ministros, com um capacete de operário petroleiro da YPFB em frente às instalações da Petrobras no campo San Alberto. “Acabou-se a pilhagem dos nossos recursos naturais por empresas petroleiras estrangeiras” proclamou.

Durante o discurso, Morales informou que naquele momento as forças militares estavam assumindo o controle de todos os campos petrolíferos do país, o mesmo justificou este ato como um meio de evitar “tentativas de sabotagem”.

Desta forma, pode-se entender a posse de Morales e Linera – vice-presidente – a partir de um ponto de vista marxista, como um momento em um longo período de luta de classes da Bolívia, tal processo vinha acontecendo na Bolívia desde a queda de Carlos Mesa. Este contexto restringia em grande parte as opções de atuação da nova gestão de Morales, pois o governo já iniciava com a responsabilidade de atender as expectativas de seu eleitorado que há tanto tempo já vinha sendo vítima de exploração e demandava melhorias em suas condições de vida.

Ao mesmo tempo tinha que cumprir a pauta das agendas anti-imperialistas, sendo assim, o governo já iniciava com uma limitada margem de manobra. Em função disto, conforme colocam Baptista e Pigatto (2015) Evo Morales precisava demonstrar concordância entre sua campanha e suas ações como governante. Assim, para firmar sua imagem frente a população e cumprir suas promessas fez-se necessário uma ação para midiaticizar no âmbito nacional e internacional. Baptista e Pigatto (2015) *apud* Mesa (2013) cita, “a inserção do exército boliviano na Petrobras e a retomada do controle estatal foi uma evidente ação midiática”.

Pode-se concluir que Evo Morales realizou um papel fundamental na nacionalização. O próprio Morales deixou claro o grau de importância que seu governo atribuía aos hidrocarbonetos quando afirmou, nos discursos da nacionalização que essa riqueza nas mãos do povo boliviano é a solução dos problemas econômicos, dos problemas sociais do

nosso país. O petróleo e o gás natural, uma vez recuperados, vão gerar postos de trabalhos para os bolivianos, discursou.

## 5.2 A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS FRENTE AO CASO

No contexto da negociação, pode-se dizer que, pelo lado Boliviano predominava a percepção da dependência brasileira em relação ao gás. Em relação a isso, a Petrobras previa na época um aumento da participação do gás no consumo total de energia no Brasil na proporção de 9% para 12% em 2010. Uma parcela expressiva do aumento seria suprida pela extração de gás na Bacia de Santos, recentemente descoberta, e também no campo de Mexilhão, mas esses recursos só estariam disponíveis em 2009, de acordo com a Petrobras.

Da mesma forma, a instalação de duas plantas de gás natural liquefeito (GNL), com capacidade total de 20 milhões de metros cúbicos, destinadas a processar importações de outros fornecedores (principalmente Trindade de Tobago) levaria três anos para ficar pronta. (FUSER, 2011). Assim, entende-se que a procura da Petrobras por outras formas de obter o gás não se deu como reação automática à nacionalização em 2006, pois os avanços citados ocorreriam de qualquer modo, independentemente do corrido com a Bolívia.

Mesmo buscando outras alternativas, naquele momento, o Brasil ainda se encontrava em uma posição de interdependência com o governo Boliviano. Um país em situação de interdependência, como o Brasil, é muito vulnerável para realizar alguma ação externa que iria contra a nação boliviana, pois os efeitos poderiam ser devastadores para o Brasil. Desta forma, o país não estaria em condições de adotar qualquer represália que implicasse em dispensar as reservas de combustível pelo gasoduto, sob a pena de provocar uma crise de abastecimento energético no país.

Na primeira reação oficial brasileira, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, divulgou uma nota, por meio de sua assessoria em que classificou como “inamistoso” o decreto de Morales: “É um gesto inamistoso que pode ser entendido como um rompimento nos entendimentos que vinham sendo mantidos com o governo boliviano” disse Silas Rondeau por meio de sua assessoria de imprensa. Mais tarde, no dia 09 de maio de 2006, Rondeau já adotava uma postura mais flexível, onde afirmava que “Há espaço para negociação dentro dos contratos assinados pela Petrobras e pela estatal boliviana YPFB”. (FOLHA, 2006)

José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras mostrou-se muito preocupado com a decisão de Morales e declarou “O decreto, ao nosso ver, coloca muitas definições e, ao

mesmo tempo, indefinições muito grandes que podem levar a situações dramáticas”. Ainda para Gabrielli, a principal preocupação era “manter a regularidade do fornecimento de gás ao Brasil”, o que para ele exigia uma posição forte da Petrobras. Em primeiro momento Gabrielli não havia descartado a possibilidade de ir à justiça para assegurar o direito de propriedade dos campos e dos ativos na Bolívia. Neste sentido, o presidente da companhia afirmou: “A Petrobras tomará as medidas que forem necessárias para preservar seus direitos. Todos. Quaisquer que sejam, em todos os níveis”. Gabrielli também considerou que no decreto haviam vários pontos obscuros e indefinidos, como se haveria ou não ressarcimento pela retomada da propriedade dos campos e o preço do gás que passaria a ser definido pelo governo boliviano. (FOLHA, 2006).

Pode-se dizer que a reação dos executivos da Petrobras em primeiro momento foi de indignação, que foi estimulado posteriormente pelos principais veículos midiáticos, que acusavam o governo Lula por não estar tomando medidas mais severas diante da atitude boliviana. Em função desta pressão exercida pela mídia, e da eleição que estaria por vir no Brasil e poderia ser prejudicada caso o governo não tomasse uma medida mais “drástica”, em 3 de maio a Petrobras anunciou a suspensão de qualquer novo investimento na Bolívia e recusou o aumento nos preços do gás reivindicado pelo governo boliviano. Em entrevista coletiva, Gabrielle declarou: “Não existe crise entre Brasil e Bolívia, mas disputa entre Petrobras e YPFB”. Após isto, indicou numa entrevista coletiva as medidas que seriam tomadas: “Neste momento, estamos anunciando que cancelamos nossa entrada nesse concurso aberto do Gasbol. Nós vamos retirar nossa proposta de expansão de 15 milhões de metros cúbicos de gás vindos da Bolívia” e prosseguiu “Estamos suspendendo qualquer possibilidade de investimento adicional na Bolívia”. (UOL, 2006)

Gabrielli frisava sua fala em relação ao preço do gás indicando que a Petrobras não aceitaria qualquer aumento no preço. Em meio aos discursos e entrevistas os principais jornais do mundo emitiam matérias sobre o assunto:

The New York Times:

*In a statement earlier, da Silva also said that his government would defend the interests of the state-controlled oil company Petróleo Brasileiro in "all forums" and its right to gas from Bolivia. Da Silva's response underscored his country's dependence on Bolivia, which supplies half the gas Brazil consumes. He and the Petrobras chief executive, José Sergio Gabrielli, may be betting that Brazil's position as Bolivia's main natural gas customer - Bolivia sells 70 percent of its gas to Brazil - will secure preferential treatment as Bolivia forces foreign oil companies to give up control of their assets in the country. (THE NEW YORK TIMES, 2006).*

The Guardian:

*Brazil is the biggest buyer of Bolivian gas and the owner of Petrobras, which controls more than 45% of Bolivia's gas fields. The Petrobras president, Sergio Gabrielli, said officials were seeking "to secure our rights, to Bolivian gas and the \$1.6bn Petrobras has invested in Bolivia since the mid-1990s." Brazil also happens to be led by another leftwing leader, and Luiz Inacio Lula da Silva is preparing to hold an emergency meeting to assess the impact. News reports say that the Brazilian leader will urge his comrade in Bolivia to reconsider his decision. (THE GUARDIAN, 2006).*

Neste sentido, Luce (2008) aponta que o governo brasileiro resolveu ceder ao ajuste na tarifa do gás. Entretanto, na mesa de negociações o Itamaraty exigiu que a Bolívia continuasse a firmar seu compromisso com a execução do projeto Complexo do Rio Madeira, considerado indispensável para os planos da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

Em contrapartida ao posicionamento de Gabrielli, o Itamaraty e o então presidente Lula estavam preocupados com as medidas adotadas pela empresa. Tal preocupação se dava pelo fato de que a política externa praticada durante do governo Lula era de uma integração da América do Sul (como analisado no capítulo quatro). Tal política fez que com que as medidas tomadas “contra” a Bolívia, na ocasião, fossem repensadas para que não houvesse nenhum atrito entre os países.

No que concerne à atuação do presidente brasileiro, a princípio Lula teria ficado incomodado com as declarações proferidas por Evo Morales em uma entrevista em Viena na Áustria, onde ocorria a 4ª Conferência de Cúpula União Europeia/América Latina/Caribe. Segundo a Folha (2006), na entrevista Evo acusou a Petrobrás de operar ilegalmente sem respeitar as regras bolivianas. Morales ainda alegou que quem havia rompido os contratos era a Petrobras, afirmando que eles eram ilegais e inconstitucionais. Morales teria retificado as acusações no dia seguinte, mesmo assim o fato teria deixado Lula aborrecido.

Na mesma ocasião Lula afirmou que defendia a integração sul-americana e a parceria com a Bolívia, porém, não quer mais “uma espada sobre a cabeça” em alusão direta as críticas a Petrobras que Morales havia feito no dia anterior. Lula reclamou também que estava pagando um “alto preço” político interno pela questão da nacionalização do gás boliviano em detrimento da Petrobras, mas reiterou que aceitaria pagar o preço por entender que a eleição de Evo Morales havia sido muito importante para a Bolívia e que a nacionalização havia sido promessa de campanha.

Assim como Lula, o Chanceler Celso Amorim também adotou uma posição mais conciliatória e declarou: “Respeitamos as decisões soberanas” e “Preferimos resolver (a crise) por meio de diálogo”. (FUSER, 2011). Para entender melhor o posicionamento do então

Ministro das relações exterior faz-se necessário a análise de seu discurso efetuado na Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.

O Itamaraty reconhecia que o decreto da nacionalização era apenas a consequência de algo que já havia começado há muito tempo, ele afirma isso quando aponta em seu discurso:

Mas a Petrobras agiu com muita prudência. Por quê? Porque o problema do gás não é de agora. O Decreto Supremo dramatizou uma situação e deu uma visibilidade indiscutível, também não vou negar, mas é um problema que já existia. Ele foi um problema que esteve implícito na queda do Sanchez de Lozada, porque havia uma revolta inclusive contra o gasoduto para o Pacífico, por outras razões. **Celso Amorim em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

Amorim coloca que mesmo com todos os investimentos realizados pela Petrobras na Bolívia, ainda assim, os mesmos foram considerados investimentos prudentes. Na mesma assembleia é colocado em pauta todo o histórico de exploração na Bolívia, Amorim cita a obra de Eduardo Galeano, “As Veias abertas da América Latina”, onde aponta as desigualdades raciais e sociais que têm componentes raciais e étnicos predominantes. Outro ponto abordado é a espoliação dos recursos naturais por potências estrangeiras, como foram alguns casos apontados durante o andamento deste estudo. Esta apropriação dos recursos naturais é algo muito forte na América Latina, fatos da década de 60 e 70 que, para Amorim foi o que gerou o sentimento de nacionalismo e o decreto em questão.

Para o Ministro, o relacionamento do Brasil com a Bolívia configurava-se em uma política de Estado independente de simpatias, apontando a Bolívia como um parceiro estratégico para o Brasil, e que faz a maior fronteira com o país, ou seja, a integração teria que ocorrer de qualquer forma. Amorim faz questão de apontar muitas vezes em seu discurso a questão da exploração na Bolívia, o mesmo colocou:

Além de todos esses problemas, a Bolívia é um país que tem ressentimentos históricos também porque foi perdendo território. Trata-se de um país complexo por esse aspecto, que perdeu território na Guerra do Chaco, perdeu território antes na Guerra do Pacífico, e cedeu território ao Brasil, porque nesse caso foi negociado pelo Barão do Rio Branco. De qualquer maneira, houve uma percepção, certa ou errada, que se formou em um país com esse grau de complexidade e, juntando-se a isso tudo, a sensação de espúrio dos recursos naturais: a prata que foi embora, o estanho que foi embora, a sensação de que o gás vai embora e, juntando isso tudo, a coca, que era um cultivo tradicional e se torna um problema internacional. **Celso Amorim em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

O texto acima mostra a sensibilização do Ministro para com o histórico de exploração boliviana. Desta forma, Amorim concorda que a reação do governo brasileiro se deu exatamente na proporção que deveria ser realizada, com dialogo e ao mesmo tempo defesa dos interesses da Petrobras, Amorim coloca a questão da seguinte forma:

Então qual é a questão que se coloca hoje e o que é que aconteceu? Como reagiu o Governo? O Governo reagiu, ao meu ver, como deveria ser. Com equilíbrio entre abertura para o diálogo e firmeza na negociação. Reconhecimento da soberania da Bolívia, isso não é favor nenhum, isso é reconhecimento. O problema que se pode colocar para o Brasil não é saber se a Bolívia tem ou não tem direito de nacionalizar o gás. Aliás, o gás, repito, não foi nacionalizado. O gás na boca do poço não foi nacionalizado pelo Decreto Supremo, foi nacionalizado pela Lei de Hidrocarbonetos que tinha mais ou menos um ano e já estava prevista no referendo aprovado pela amplíssima maioria da população boliviana. **Celso Amorim em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

A postura brasileira justifica-se, mais uma vez, pela importância das relações econômicas entre os países, bem como para o projeto de integração energética sul-americana. Fuser (2011), aponta que outro fato que reforçou essa cautela foram os apoios declarados do presidente Venezuelano Hugo Chávez e a simpatia do presidente argentino Néstor Kirchner. Desta forma, o Brasil não poderia posicionar-se de forma rude contra a Bolívia, pois poderia dar motivos para condenações desses outros parceiros energéticos.

Assim, em 03 de maio de 2006, após a realização de uma reunião ministerial de emergência o governo brasileiro divulgou uma nota oficial onde Lula proferiu os seguintes discursos, defendendo a atitude boliviana como um ato de soberania:

“O gasoduto Bolívia-Brasil está em funcionamento há sete anos, como resultado de negociações empreendidas por sucessivos governos há mais de cinquenta anos. A decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania. O Brasil, como manda a sua Constituição, exerce pleno controle sobre as riquezas de seu próprio subsolo”. O Governo brasileiro agirá com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobras e levará adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países. ” **Afirmava a nota divulgada pela Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República.**

A nota divulgada também assegurava que o fornecimento de gás natural estaria garantido:

“O governo brasileiro esclarece, finalmente, que o abastecimento de gás natural para seu mercado está assegurado pela vontade política de ambos os países, conforme reiterou o presidente Evo Morales em conversa telefônica com o presidente Lula e,



igualmente, por dispositivos contratuais amparados no Direito Internacional”. **Celso Amorim em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

Na mesma ocasião, foi esclarecido que o tema do preço do gás será resolvido por meio de negociações bilaterais: “o governo brasileiro agirá com firmeza e tranquilidade em todos os foros, no sentido de preservar os interesses da Petrobras e levará adiante as negociações necessárias para garantir o relacionamento equilibrado e mutuamente proveitoso para os dois países”. A nota termina concluindo que nos dias seguintes, Lula e Evo Morales se encontrariam para “aprofundar questões do relacionamento Bolívia e Brasil e da segurança energética da América do Sul”. (BBC, 2006).

Em contrapartida a postura conciliatória do presidente Lula e de Celso Amorim, haviam outras autoridades no governo brasileiro que eram contra o posicionamento de Lula, e a favor do posicionamento inicial de Gabrielli, como por exemplo o Senador Jeferson Peres, na audiência no dia 09 de maio de 2006, o mesmo questionava sobre o posicionamento brasileiro em relação ao afronte recebido quando Morales ordenou que as tropas bolivianas tomassem a Petrobras na Bolívia:

A nossa inconformação com aquele ato inútil, hostil e inútil, por que o Brasil silenciou quanto a isso? Porque o Brasil aceita como normal o Presidente da Bolívia, às vésperas do encontro de Puerto Iguazu dizer que estava sendo chantageado pela PETROBRAS?? Usou esta expressão! Que chantagem, Ministro? Porque o Presidente da PETROBRAS disse, como diria o Presidente de qualquer empresa, que, em face daquele gesto, a PETROBRAS iria rever seus investimentos? Ele tinha que dizer isso mesmo. **Senador Jeferson Peres em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

O senador cobrava uma postura mais severa do presidente Lula no que concerne a repressão às atitudes da Bolívia, ainda dizia representar o povo brasileiro, que influenciados pelas ações midiáticas também exigiam uma resposta mais severa. O Senador prosseguiu:

Não me importa se o Evo Morales é índio, ou se tivesse olhos azuis e cabelos louros, a minha indignação seria a mesma. Não importa que seja a Bolívia, ou seja, a Argentina. O Brasil ser maltratado pelo Chefe de Estado de um País e não dizer que não gostou disso, isso é política do big stick? Como, Ministro? É isso? Por que é que o Brasil não fez uma nota assim? Não redigiu uma nota desse teor? Enérgico? Seja qual for a sua resposta, eu estou propondo ao Senado um voto de censura ao Governo Brasileiro, ao Presidente da República pela sua tibieza, sim. Este é o sentimento em nome de todos, mas de milhões de brasileiros por todas as manifestações que eu ouço. Pelo episódio que eu considero lamentável, mas eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup>. comentasse isso. **Senador Jeferson Peres em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

Analisando pelo lado prático, qual seria a eficácia de responder ao governo boliviano no mesmo tom em que Morales realizou as acusações? No mínimo não se pode esperar algum retorno positivo e sim uma resposta ainda mais aguda. Ameaçar o governo boliviano não poderia trazer nenhum benefício para o Brasil, pois o mesmo encontrava-se em posição de vulnerabilidade e dependência do gás boliviano. A cobrança de uma resposta ríspida parece ser algo mais ligada ao nacionalismo e uma questão de “moral” para o governo brasileiro, porém não resolveria em nada a questão e só pioraria a situação entre os dois países.

O Senador confirma isso quando fala em “orgulho ferido” na continuação de seu discurso:

Embaixador Celso Amorim, a energia da nota, além de necessária como o resgate do orgulho nacional ferido, seria também uma advertência para que aquilo não se repetisse. Uma advertência a terceiros. Se todos os Países onde a PETROBRAS tem investimentos acharem que a reação do Brasil vai ser sempre essa, eu começo a temer pelo que pode acontecer com a empresa em outros Países latino-americanos. **Senador Jeferson Peres em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em Brasília no dia 09 de maio de 2006.**

O discurso do Senador Peres representa muitos veículos midiáticos, pessoas do meio político e da população em geral, que exigiam uma reação mais rígida do governo brasileiro. Mas analisando este discurso pode-se perceber que o mesmo é influenciado por um estereótipo nacionalista que não era prioridade para a política externa brasileira naquele momento. Pode-se aferir também que houve uma generalização no discurso do Senador, pois o Brasil não possui relações de interdependência e vulnerabilidade econômica com todos os Estados em que a Petrobras está atuando, e nem mesmo todos os Estados que a Petrobras atua fazem parte juntamente com o Brasil de um plano de cooperação energética. Outro fato, é que a relação do Brasil com cada Estado possui suas particularidades, ou seja, o fato de o Brasil ter se posicionado da forma que o fez em relação a Bolívia não significa que este posicionamento será utilizado também em outras ocasiões, pois como dito, cada relação possui suas particularidades. Neste sentido, exige-se uma análise mais profunda no âmbito histórico, político e econômico das relações para que assim seja possível tomar uma atitude condizente.

Contudo, avalia-se a atuação brasileira inicialmente com uma certa divergência de opiniões das autoridades, enquanto Gabrielli defendia um discurso mais duro, Lula tentava apaziguar com uma postura mais compreensível em relação a atitude de seu parceiro comercial. Neste sentido, pode-se entender que a atuação brasileira em geral obteve sucesso, pois, nem o Brasil nem a Bolívia ficaram insatisfeitos com os resultados das negociações. A Petrobras conseguiu continuar atuando no país e o Brasil tendo seu abastecimento de gás natural

garantido. A Bolívia conseguiu assegurar seus recursos energéticos.

Desta forma, o hall de ações da Petrobras ficou entendido sob as seguintes diretrizes:

- a) O Itamaraty tinha plenos conhecimentos da situação histórica da Bolívia e com a eleição de Morales já era esperado alguma atitude no sentido da nacionalização. Este motivo contribuiu para a tomada de decisões em relação a reação brasileira frente ao decreto.
- b) O governo Brasileiro e os executivos da Petrobras inicialmente apontavam distintos posicionamentos em relação às reações à nacionalização. Enquanto o presidente Lula e o Ministro das relações exteriores Celso Amorim adotavam um comportamento apaziguador, os executivos da Petrobras apontavam um comportamento mais agressivo e de defesa dos interesses da empresa.
- c) O governo Brasileiro tinha pouca margem de manobra, já que os países possuíam uma relação de interdependência econômica e o Brasil naquele momento era extremamente dependente do gás boliviano, não podendo ficar vulnerável a represálias.
- d) O plano de integração da América Latina também foi uma das forças motoras para a tomada de decisões, visto que o Brasil não poderia extinguir também futuros negócios com o país, como o projeto do Complexo do Rio Madeira.

#### 5.4 RELAÇÕES BRASIL-BOLÍVIA PÓS NACIONALIZAÇÃO

Após as renegociações dos contratos da Petrobras na Bolívia os países continuaram estabelecendo suas relações comerciais. Ainda hoje há grande atuação do Brasil no país. No que concerne a exploração do Petróleo a Petrobras possui atualmente os seguintes contratos:

✓ *Contrato de Operación para el Área San Alberto, comprende el Campo San Alberto ubicado en el departamento de Tarija con una superficie de 31.521 hectáreas, ubicado en una zona tradicional con características gasíferas. El contrato tiene tres Titulares, el Operador del Contrato es Petrobras Bolivia S.A. con una participación del 35%, YPFB Andina S.A. titular con una participación del 50% y Total E&P Bolivie titular con una participación del 15%. El contrato concluye el año 2037.*

- ✓ *Contrato de Operación para el Área San Antonio, comprende el Campo*

*Sábalo ubicado en una zona tradicional con características gasíferas en el departamento de Tarija con una superficie de 34.450 hectáreas. El contrato tiene tres Titulares, el Operador es Petrobras Bolivia S.A. con una participación del 35%, YPFB Andina S.A. como titular con una participación del 50% y Total E&P Bolivie como titular con una participación del 15%. El contrato concluye el año 2037.*

- ✓ *Contrato de Operación Bloque XX Tarija Oeste, comprende el Campo Itaú*

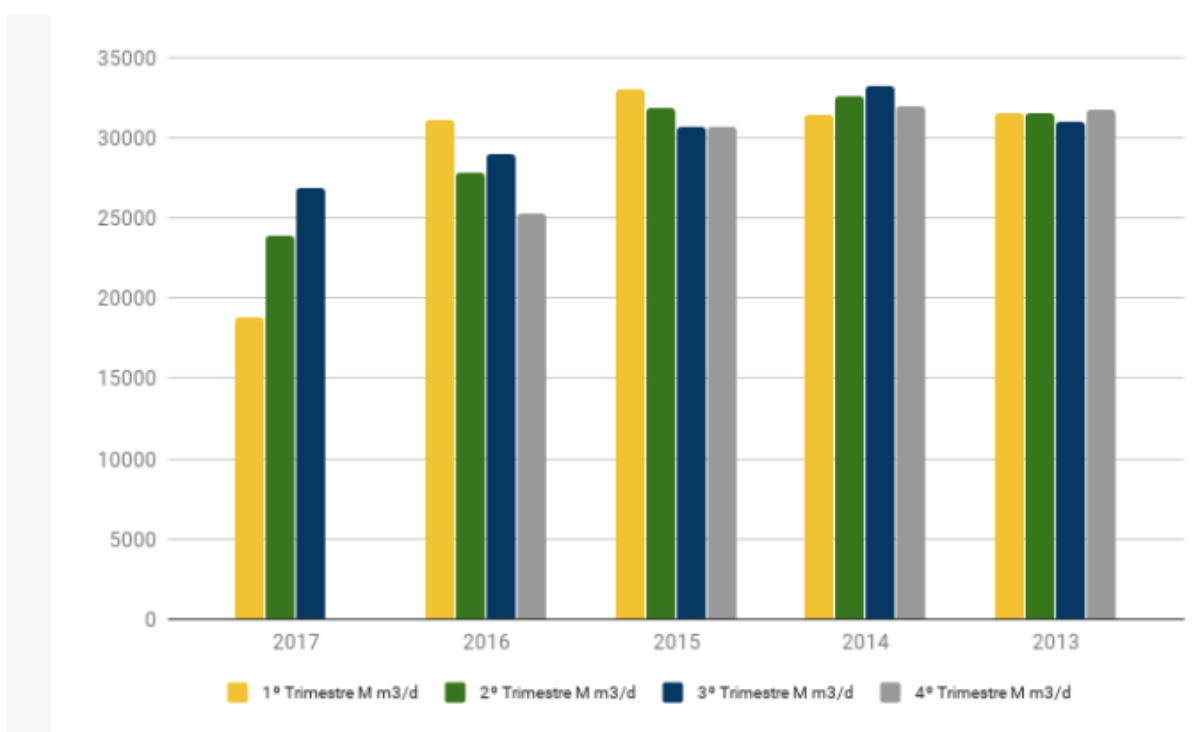
*ubicado en una zona tradicional con características gasíferas en el departamento de Tarija con una superficie de 24.900 hectáreas. El contrato tiene cuatro Titulares, el Operador del Contrato de Operación es Petrobras Bolivia S.A. con una participación del 30%, Total E&P Bolivie, como titular con una participación del 41%, YPFB Chaco S.A., titular con una participación del 4% y Shell Bolivia Corporation, Sucursal Bolivia, titular con una participación del 25%. El contrato concluye el año 2030.*

- ✓ *Contrato de Operación Colpa y Caranda, comprende el área denominada con*

*el mismo nombre ubicada en una zona tradicional con características gasíferas en el departamento de Santa Cruz con una superficie de 22.800 hectáreas. El contrato concluye el año 2029. (YACIMIENTOS PETROLÍFEROS FISCALES BOLIVIANOS, 2018).*

- ✓

Gráfico 5 - Importação de Gás Natural boliviano realizadas pelo Brasil



Fonte: Petrobras. Adaptado pela autora, 2018.

No gráfico 5 pode-se observar o volume das importações brasileiras, por valor em M m3/d, de gás natural boliviano realizadas nos últimos 4 anos:

Tabela 3 - Importação brasileira de Gás Natural Boliviano Mm3/d. 2006 – 2011.

| Gás Import Bolívia M m3/d | 2011   | 2010   | 2009   | 2008   | 2007   | 2006   |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1º Trimestre M m3/d       | 26.660 | 24.230 | 19.890 | 30.857 | 23.180 | 24.536 |
| 2º Trimestre M m3/d       | 25.720 | 26.710 | 25.060 | 31.163 | 24.787 | 23.570 |
| 3º Trimestre M m3/d       | 28.820 | 29.270 | 22.430 | 31.018 | 28.541 | 26.112 |
| 4º Trimestre M m3/d       | 26.070 | 27.130 | 21.240 | 28.706 | 31.013 | 24.110 |

Fonte: Petrobrás. Adaptado pela autora, 2018.

Tabela 4 - Importação brasileira de Gás Natural boliviano Mm3/d. 2012 – 2017.

| Gás Import Bolívia M m3/d | 2017   | 2016   | 2015   | 2014   | 2013   | 2012   |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1º Trimestre M m3/d       | 18.847 | 31.182 | 33.100 | 31.510 | 31.580 | 26.210 |
| 2º Trimestre M m3/d       | 23.956 | 27.861 | 31.910 | 32.620 | 31.610 | 27.470 |
| 3º Trimestre M m3/d       | 26.902 | 29.088 | 30.780 | 33.350 | 31.060 | 24.400 |
| 4º Trimestre M m3/d       | 0      | 25.365 | 30.750 | 31.970 | 31.820 | 31.850 |

Fonte: Petrobras. Adaptado pela autora, 2018.

Constata-se também, na análise das tabelas 3 e 4, as volumosas importações exercidas pelo governo brasileiro ao longo dos anos de 2005 a 2017. Em 2013 houve um ápice destas importações onde o valor total do gás importado chegou a aproximadamente \$3.930.834.922,00. Após o ano de 2013 percebe-se uma linha de declínio destas importações. O ano de 2017 fechou com uns dos menores valores de importação dos últimos anos, perdendo apenas para 2005.

Entre os acordos firmados após a nacionalização pode-se citar a estreia da cooperação sobre energia em 2015, com a assinatura do Termo Aditivo Memorando de Entendimento em matéria energética entre Brasil e Bolívia. Dentre as ações de cooperação previstas pelo termo está a promoção de intercâmbio tecnológico e de experiências no setor elétrico, sobre o manejo integral e sustentável de bacias de grande porte e interconexões internacionais e estudos para avaliar a continuidade no fornecimento de gás natural boliviano para o Brasil. (MME, 2015)

Em fevereiro de 2016 a agenda de trabalho do setor elétrico é firmada entre Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia brasileiro e Luis Alberto Sánchez, da Bolívia. Segundo o MME, os países concordaram em realizar estudos de pré-viabilidade para o projeto hidrelétrico binacional do Rio Madeira e de Cachuela Esperanza. A Bolívia também concordou de realizar estudos de viabilidade para duas hidrelétricas nacionais, Rio Beni (Bala) e Rio Grande (Rositas), que, se concretizadas, poderiam receber participação do Brasil. Outro ponto destacado foi a renovação do acordo de fornecimento de gás para a Gasbol, a partir de 2019, e as tratativas entre a Petrobras e a YPFB para atuação conjunta em Três Lagoas (MS) e na Bolívia. (MME, 2016).

Desta forma, pode-se considerar que as decisões tomadas pelo governo brasileiro no caso da nacionalização em 2006 foram cruciais para o devido andamento destes futuros projetos. Comprava-se também a visão de longo prazo exercida pelo governo Lula, visto que os resultados de projetos importantes só viriam alguns anos depois. Compreende-se também que a relação entre Brasil e Bolívia ocorre por interdependência econômica em sua maior parte com a importação de recursos energéticos e que tais projetos são cruciais para o desenvolvimento de ambos os países, assim como para o andamento da cooperação sul-americana.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar as ações estratégicas da política externa brasileira no caso da nacionalização da Petrobras na Bolívia em 2006. No capítulo dois foram abordados os conceitos de importantes teorias das relações internacionais que podem ser aplicadas para o entendimento da solução do caso, bem como foram colocados aspectos atuação da Petrobras como empresa estratégica no âmbito nacional e internacional. No capítulo 3 foram analisados o histórico de exploração do povo boliviano, bem como os efeitos do neoliberalismo e do subimperialismo naquele país, apontados como principais causas do sentimento nacionalista que se desenvolveu na Bolívia e culminou no Decreto da nacionalização dos hidrocarbonetos aqui analisado.

No capítulo 4 foram abordados aspectos comerciais da relação Brasil e Bolívia e as diretrizes da política externa do governo Lula nesse caso. No capítulo 5 deu-se a análise do decreto, os posicionamentos das autoridades do governo brasileiro em relação ao mesmo, os resultados da solução do caso e como ficaram as relações Brasil-Bolívia após o decreto.

Com a finalização deste estudo pode-se concluir que os assuntos correlacionados à Petrobras compõem uma seara ampla de pesquisa, que devem ser abordados para que se possa entender sua importância para o Brasil. Como visto, a empresa possui uma considerável atuação no campo doméstico, principalmente com a movimentação da economia através da geração de empregos, geração de tecnologia e conhecimento, fatos que situaram o Brasil como uma das principais potências no campo de estudos sobre petróleo. No âmbito internacional situou o Brasil como um dos maiores produtores de petróleo do mundo além de promover as integrações com outros países e relações bilaterais através de atuações da empresa em outros territórios.

O caso da nacionalização aqui analisado coloca em cheque várias questões, entre as quais ficaram concluídos alguns aspectos na atuação da Petrobras. Primeiramente, no processo decisório do governo foram levadas em consideração a história boliviana e os abusos que seu povo sofreu ao longo dos anos, inicialmente com a dominação e genocídio étnico e após isto com o imperialismo e neoliberalismo ocorridos no país. Tais aspectos são citados diversas vezes pelo presidente Lula e pelo Chanceler Celso Amorim.

O fato de que a Petrobrás faria parte desse esquema subimperialista na Bolívia não pode ser negado, já que sua atuação em muitos aspectos se equivale a atuação de empresas norte americanas, por exemplo. A questão é que, analisando pelo lado da integração, também

pode-se enquadrar sua atuação com a colaboração energética entre países Sul-Sul, visto que a política externa do presidente Lula sempre foi voltada para este viés.

Considera-se mais plausível uma colaboração energética em um bloco econômico de integração, do que uma “colaboração” vinda de países de fora do bloco e que historicamente trouxeram prejuízos para a Bolívia, como foram apontados nesta monografia a Guerra do Chaco e a Guerra da Água. Além disto, a Bolívia também possui projetos em andamento no Brasil, ou seja, existe atuação de ambas as partes, apesar do fato de que a atuação da Petrobrás na Bolívia é muito mais ativa.

Neste sentido, pode-se dizer que havia ciência por parte do governo brasileiro de toda a situação histórica da Bolívia e, com a eleição de Evo Morales, era previsível que seriam realizadas ações de cunho nacionalista, visto que foi isto que Evo Morales pregou durante toda a sua campanha política. Tal fato, como colocou Celso Amorim em seu discurso, sempre foi considerado como algo que poderia acontecer, tanto que a nacionalização foi apenas o “último estágio” de algo que já vinha acontecendo em outros governos bolivianos. O que pode ter sido considerado como uma “surpresa” para a Petrobras é o fato da rapidez com que foi realizado o decreto, “sem aviso prévio” e que fizeram o ex-presidente Lula se reunir às pressas com seus ministros. Neste sentido, comprova-se a divergência de posicionamento inicial entre o Presidente Lula e o Presidente da Petrobrás, fato que era algo nítido, comparando seus discursos.

A colocação de qualquer atitude de represália contra a Bolívia naquele momento, iria nitidamente contrariar os costumes de política externa exercidos pelo país historicamente, bem como a lógica de utilização de uma empresa do porte da Petrobrás como parte estratégica de política externa. Neste sentido, concluiu-se que a atuação da Petrobrás foi condizente com a situação em que se enquadrava no momento: com pouca área de manobra, já que ainda encontrava-se totalmente dependente do gás boliviano. Qualquer represália por parte da empresa poderia pôr em jogo o abastecimento de gás no Brasil, o andamento de projetos importantes que ambos os países tinham em andamento, além de futuros negócios que poderiam ser realizados.



## REFERÊNCIAS

ANP. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/2435-anuario-estatistico-2010>. Acesso em: 10/10/2018.

ALMEIDA, L. M. Morales e o MAS: **A construção de uma nova Bolívia e o projeto de perpetuação no poder de seus dirigentes**. Universidade de Brasília (UnB). Centro de pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas (CEPPAC), 2017.

ARGENTINA. 2015. **Balance Energético Nacional 2015**, revisão 2. Datos preliminares. Ministerio de Energía y Minería, República Argentina. Disponível em: <http://www.energia.gob.ar/contenidos/verpagina.php?idpagina=3366>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

BAPTISTA Renato Dias; PIGATTO Giuliana Aparecida Santini. **A internacionalização da Petrobrás na Bolívia: os desafios de um estado plurinacional**. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997. Edição federal. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9478.htm)>

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia: a criação de um novo país a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales**. Brasília, DF: FUNAG, 2006. 352 p.

CHÁVEZ, A. G. **Inversiones brasileñas em Bolívia**. Relatório final. Swiss Agency for Development and Cooperation e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior 2008.

CEPIK, Marco & CARRA, Marcos. (2006). **Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul**. Análise de conjuntura, OPSA, n:4, abr.2006. IUPERJ/UCAM.

CEPIK Marco (org.) **América do Sul: Economia Política da Integração Regional**. Editora da UFRGS, Coleção Estudos Internacionais, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.

CHILE. 2015. **Energía 2050: Política Energética de Chile**. Ministerio de Energía, Gobierno de Chile. 2015. Disponível em: <http://www.energia2050.cl/wpcontent/uploads/2016/07/Politica-Energetica-Nacional.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CHIAVENATO, Júlio José. **Bolívia com a pólvora na boca**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 259 p.

COLÔMBIA. 2015. **Plan Energético Nacional Colombia: Ideário Energético 2050**. Unidad de Planeación Minero Energética (UPME), Ministerio de Minas y Energía, Republica de Colombia. Bogotá, 2015. Disponível em:

<<http://www1.upme.gov.co/Paginas/PlanEnergetico-Nacional-Ideario-2050.aspx>>. Acesso em: 20 mai 2018.

COMEX STAT. **Estatísticas de comércio exterior do Brasil**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 05/06/2018.

COSTA, Rogério Santos. **Estratégias da Política Externa Brasileira para Integração Regional: comparações institucionais a partir do Governo Lula**. Revista Densidades (Online), v. 1, p. 27-40, 2014.

COSTA, Darc. **Estratégia Nacional: a cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

COSTA, R. S.. Instituições em processos de integração: êxitos, dilemas e perspectivas do MERCOSUL. In: Karine de Souza Silva. (Org.). SILVA, K. S. União Europeia: o estado da arte dos procesos de integração regional. Florianópolis: Modelo, 2010, v. 1, p. 239-277.

COSTA, R. S.. O Mercosul e a Integração da América do Sul. In: Marco Cepik. (Org.). CEPIK, M. A. C. América do Sul: economia & política da integração. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Coleção Estudos Internacionais, 2008, v., p. 31-43.

DATTA, A.; BUENO, R. L. **The politics of Evo Morales' rise to power in Bolívia. The role of social movements and think tanks**, 2011.

DUARTE, B.P.M; SARAIVA, T. C.; BONÉ, R. B. **Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006**. Indic. Econ. FEE. Porto Alegre, v.36 n.1, p. 87-98, 2008.

DUFOUR, Marc. **The Role of Brazil in Regional Energy Integration**, 2011.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <[www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br)>. Acesso em: 01/10/2018.

ESTADÃO. **Silas Rondeau afirma que atuação da Petrobras na Bolívia não é legal**. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,silas-rondeau-afirma-que-atuacao-da-petrobras-na-bolivia-e-legal,20060511p35247>> Acesso em: 05/11/2018

FRANK, Andre GundeR. **Dependent Accumulation and Underdevelopment**. London: Macmillan, 1978.

Folha UOL. **Evo vê Petrobras contrabandista e ironiza Lula**, 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1205200602.htm>> Acesso em: 01/11/2018.

FUSER, Igor. **“O mito da “generosidade” no contencioso Brasil-Bolívia do gás natural**. 2014.

FUSER, Igor. **“Os recursos energéticos e as teorias das Relações Internacionais”**. In HAGE, J. A., “A Energia, A Política Internacional e o Brasil”, pp 105-127. São Paulo: Editora Instituto Memória, 2008. Acesso em: 16/05/2018.

GAZETA. “Petrobras decide tirar pólo gás-químico da Bolívia”. <<http://www.gazeta.com.br/>>. 11 de setembro de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1981.

**Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis**. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/producao-de-gas-natural-na-america-latina/> Acesso em: 28/09/2018.

**Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis**. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/crescimento-da-producao-de-petroleo-na-america-latina/>>. Acesso em: 28/09/2018.

IPEA 2006 Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2110:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 21/10/2018.

ITAMARATY. **Relações Exteriores**. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4870&Itemid=478&cod\\_pais=BOL&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4870&Itemid=478&cod_pais=BOL&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR)> Acesso em: 20/09/2018

ITAMARATY 2016. **Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil- Bolívia, 09 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos- artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7815-exposicao-do-ministro-celso-amorim-em-audiencia-publica-da-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal-sobre-as-relacoes-brasil-bolivia>> Acesso em: 01/11/2018

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2007.

JUNIOR, Xavier, Carlos Eduardo Ramos - **Working Paper Políticas de conteúdo local no setor petrolífero: O caso brasileiro a experiência internacional**. 2012

KENNEDY, Robert Fitzgerald. O desafio da América Latina Robert Kennedy. Editora Laudês. 1968.

KEOHANE, Robert Owen. NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3ª ed. Longman. New York, 2001.

LALLANDE. J.P. **Cosmopolitismo, constructivismo y liberalismo institucional: diálogo teórico em torno a la cooperación internacional para el desarrollo**. Araucaria, 2017. P. 367-386

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LE BILLON, Philippe. Geographies of War: Perspectives on 'Resource Wars'. In: Geography Compass 1/2. Journal Compilation. Blackwell Publishing Ltd. 2007. p. 163-182.

LUCE, Mathias. **La expansión del subimperialismo brasileño**. Patria Grande, dic, 2008.

MARLERBA, J. RODRÍGUEZ, M. E. “Ecuador es un país que tiene el petróleo como el principal producto generador de commodities. En 2004, la exportación de petróleo bruto representó casi el 56% de las exportaciones totales del país”. Julianna Malerba, Maria Elena Rodríguez. Extraterritorialidad y derechos humanos: el doble estándar de la Petrobras en Yasuní (Ecuador). In: Petrobras: integración o explotación, p.26. 2004.

MESA, G. C. **A Bolívia e o processo de internacionalização**. La Paz: Bolivia, 03 Jul. 2013. Entrevistador: Renato Dias Baptista. Pesquisa: A internacionalização produtiva: interfaces entre a cultura organizacional e cultura local no planejamento e desenvolvimento de recursos humanos de empresas brasileiras instaladas na Bolívia, 2013.

MME 2015. **Ministério de Minas e Energia**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/> Acesso em: 10/11/2018.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações**. Brasília. FUNAG / Editora Universidade de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes, e MESSARI, Nizzar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. São Paulo: Editora Campus, 2005.

NOZAQUI, Willian; LEÃO, Rodrigo. 2018. **Um balanço da gestão de Pedro Parente**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-balanco-da-gestao-de-pedro-parente/>. Acesso em: 20/10/2018.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 2007. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETROBRAS. **Áreas de atuação**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/> Acesso em: 14/05/2018.

PETROBRAS: **Investidor Petrobras**. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/destaques-operacionais/producao-e-comercializacao> Acesso em: 19/09/2018.

PETROBRAS. **Presença global**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/> Acesso em: 01/09/2018.

PETROBRAS, 2006. **Investidor Petrobras**. Disponível em: [www.investidorpetrobras.com.br/download/1485](http://www.investidorpetrobras.com.br/download/1485) Acesso em: 05/09/2018.

Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores / coordenação: João Alberto De Negri [et al.]. – Brasília: IPEA: Petrobras, 2010.

QUITANA Taborga, Juan Ramón. **“Bolívia, entre la crisis y el caos: Existe uma saída negociada?”**. Observatório político Sul-Americano. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio De Janeiro (Iuperj), 2005.

RAÚL ZIBECHI. **Brasil y el difícil camino hacia el multilateralismo**. <<http://www.ircamericas.org>>. 21 de febrero de 2006, p.4.

SÁ, Miguel; CHAVES, Daniel; ARAUJO, Rafael. **Bolívia: Passos das Revoluções**. Niterói, RJ: Muiraquitã, 2009.

SANTOS, Theotônio D. **A teoria da dependência**: Balanços e expectativas. Niterói, Novembro de 1998.

SARFATI, G. 2005. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva

SIERRA Malú; SUBERCASEAUX Elizabeth. EVO MORALES: **Despertar Indígena**. 2008. 202p. Editora: TXALAPARTA.

STAFANONI, P. **Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios**. Lutas sociais, São Paulo, n.24, p.115-131, 1º sem, 2010.

VIANNA, Marcus Vinícius Martins (2010). **O Governo Lula frente à nacionalização do gás boliviano em 2006**: Uma análise a partir da teoria do subimperialismo brasileiro. Revista Historiador, 2010.

VIGEVANI Tullo; MARIANO Karina L. Pasquariello; MARIANO Marcelo Passini. **Brasil e integração regional: Mercosul and ALCA**. 2007 p. 5.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WILLRICH, Mason. **Energia e política mundial**. Rio de Janeiro. AGIR. 1978.

Telegrama. De Brasilemb Lima para Exteriores em 16/05/2006. Brasil-Peru. Investimentos brasileiros no Peru. Petrobras. Expansão de atividades. Nr. 00915.

H Imperialism, the Highest Stage of Capitalism (New York: International Publishers. 1933), p. 72. 'Imperialism (Londres: G. Allen & Unwin, 1933).

SOUTHERN, 2017. Disponível em: < <http://www.southerncrossgroup.com/aboutUs>> Acesso em: 07/10/2018.

The New York Times. **Brasil sees no crisis in Bolivia seizures**. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2006/05/03/world/americas/03iht-bolivia.html>> Acesso em: 02/11/2018.

The guardian. Disponível em:  
<<https://www.theguardian.com/news/blog/2006/may/02/post131>> Acesso em: 02/11/2018

URUGUAI. 2008. **Política Energética 2005-2030**. Dirección Nacional de Energía y Tecnología Nuclear, Ministerio de Industria, Energía y Minería, Gobierno de Uruguay. 2008. Disponível em: < <http://www.eficienciaenergetica.gub.uy/politica-energetica>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

URUGUAI. 2016. **Balance Energético Nacional 2016**. Dirección Nacional de Energía Planificación, Estadística y Balance, Ministerio de Industria, Energía y Minería, Gobierno de Uruguay. Disponível em: <<http://www.ben.miem.gub.uy/balance.html>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

UOL. **Petrobras fala duro e cancela investimentos na Bolívia**, 2006. Disponível em:  
<<https://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/05/03/ult29u47637.jhtm>> Acesso em: 01/11/2018

YPFB. **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos**. Plan de inversiones YPFB Corporación 2009-2018.

Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. **Contratos Petroleros**. Disponível em  
<<http://www.ypfb.gob.bo/es/transparencia/contratos-petroleros.html>> Acesso em: 09/06/2018.

## **ANEXOS – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - BOLÍVIA**

- 1825** – Declaração de Independência da Bolívia
- 1867** – Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum
- 1872** – Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago
- 1879** – Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro
- 1884** – Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico
- 1899** – Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre
- 1902** – Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana "Bolivian Syndicate")
- 1903** – Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades
- 1903** – Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré
- 1912** – Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré
- 1932-1935** – Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai
- 1958** – Acordos do Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica)
- 1969** – Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai)
- 1992** – Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km
- 1996** – Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia
- 1996** – Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia
- 1973** – Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP)
- 1984** – Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia
- 1999** – Início do funcionamento do gasoduto GASBOL
- 2003** – Visita do Ministro Celso Amorim a La Paz, à frente de Missão Brasileira de Cooperação (outubro)
- 2004** – Acordo Brasil-Bolívia de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios
- 2004** – Visita Presidencial a Santa Cruz de La Sierra, com assinatura de acordo bilateral de perdão da dívida boliviana no valor atual de US\$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia (julho)

- 2005** – Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos, por meio de referendo popular
- 2005** – Visita do Ministro Celso Amorim a La Paz. Acordo, por troca de Notas, sobre regularização Migratória (agosto)
- 2006** – Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil (janeiro)
- 2006** – Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos
- 2006** – Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio)
- 2006** – Visita do Ministro Celso Amorim a La Paz. Criação dos Grupos de Trabalho sobre questões agrárias e migratórias (maio)
- 2006** – Visita do Ministro das Relações Exteriores e Culto, David Choquehuanca, ao Brasil (dezembro)
- 2006** – Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)
- 2007** – Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil (fevereiro)
- 2007** – Visita do Chanceler Choquehuanca ao Brasil (agosto)
- 2007** – Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro)
- 2008** – Visita do Vice-Presidente García Linera e do Ministro Carlos Villegas a Brasília (fevereiro)
- 2008** – Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março)
- 2008** – Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra, em que manteve contatos com o Presidente Morales, o Vice-Presidente Linera e o Ministro de Negócios Estrangeiros Choquehuanca (abril)
- 2008** – Encontro entre Ministro Celso Amorim e Chanceler David Choquehuanca, na véspera da Reunião Extraordinária de Cúpula da UNASUL, em Brasília (maio)
- 2008** – Visita do Presidente Lula a Riberalta, na Amazônia boliviana, com assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque (julho)
- 2008** – Reunião bilateral entre o Presidente Lula e o Presidente Morales, à margem do encontro quadripartite de Manaus (Brasil, Bolívia, Venezuela e Equador) (setembro)
- 2008** – Reunião do Presidente Lula com o Presidente Morales, à margem da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em Sauípe (dezembro)



- 2009** – Encontro de Fronteira entre Presidentes de Brasil e Bolívia, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundamento das discussões sobre infra-estrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral (15 de janeiro)
- 2009** – Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidroelétricos do Rio Madeira, em Brasília (março)
- 2009** – Visita do Ministro David Choquehuanca ao Brasil (março)
- 2009** – Visita do Ministro Celso Amorim a La Paz, por ocasião da comemoração do Bicentenário da Gesta Libertária (julho)
- 2009** – Encontro entre Presidentes de Brasil e Bolívia em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San Ignacio de Moxos – Villa Tunari (agosto)
- 2010** – Posse do Presidente Evo Morales para seu segundo mandato (22 de janeiro)
- 2010** – Visita do Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, a La Paz (abril)
- 2011** – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota a La Paz (25 de março)
- 2012** – Visita do Ministro David Choquehuanca a Brasília (19 de março)
- 2012** – Assinatura do Protocolo de adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (7 de dezembro) [Declaração conjunta]
- 2013** – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota a Cochabamba (2 de março)
- 2014** – Visita do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado a Cochabamba (31 de março)
- 2015** – Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro)
- 2015** – Viagem da Presidenta Dilma Rousseff a La Paz, por ocasião da posse do Presidente Evo Morales (22 de janeiro)
- 2015** – Reunião entre Bolívia, Brasil, Equador e Peru para promover a migração segura na América do Sul – Comunicado Conjunto (14 de julho)
- 2016** – Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (2 de fevereiro) [Declaração à imprensa]
- 2017** – Visita do Ministro de Governo do Estado Plurinacional da Bolívia, Senhor Carlos Romero Bonifaz (12 de maio).
- 2017** – Visita do ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni (6 de outubro) [Assinatura do Acordo Interinstitucional Internacional Subscrito entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira]

**2017** – Visita ao Brasil do presidente da Bolívia, Evo Morales (5 de dezembro) [Atos adotados]

**2018** – Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bolívia (La Paz, 20 de agosto)

## **ANEXO A – DISCURSOS E DECLARAÇÕES EM RELAÇÃO A BOLÍVIA**

### **Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita de Estado do Presidente da Bolívia, Evo Morales. Brasília, 15 de fevereiro de 2007:**

Bolívia e Brasil avançam juntos na busca de um modelo de desenvolvimento com mais democracia, justiça, igualdade e progresso para todos, sobretudo para os excluídos. Nesta caminhada, o povo boliviano tem, e sempre terá, do Brasil a solidariedade e o apoio para que encontre seu próprio destino. Em um relacionamento tão intenso, nem sempre nossos pontos de vista coincidem e nem todas as prioridades e soluções são as mesmas. Mas essas diferenças são pequenas se compararmos com aquilo que nos une. Temos um grande potencial de iniciativas comuns a ser explorado.

### **Discurso do Presidente Lula na sessão de constituição do Parlamento do Mercosul. Em 14 de setembro de 2006:**

Se quisermos que a Bolívia entre no Mercosul, e certamente entrará no Mercosul, é preciso que tenhamos consciência de que precisamos ajudar a Bolívia, precisamos trabalhar projetos conjuntos, precisamos trabalhar o desenvolvimento (...).